

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 078/079

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE JUNHO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gaucho - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Pércles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 058ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE JUNHO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Só para título de dirimir uma dúvida. O 2º Secretário fez a leitura da Ata anunciando a aprovação de todos os projetos e requerimentos e, alguns foram retirados da Ordem do Dia, apenas para que se elucide esta dúvida.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Quero dizer a Vossa Excelência, que alguns não foram aprovados é claro, mas faço aqui um resumo apenas da Ata.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em discussão a Ata. Os deputados que aprovam permaneçam com estão. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 010/2000

Curitiba, em 12.06.2000.

Senhor Presidente.

Tenho a elevada honra de submeter à consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, texto substitutivo do Anteprojeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2001, de que trata a Mensagem nº 008/2000, de 14 de abril de 2000.

Com a recente publicação da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conhecida com “Lei de Responsabilidade Fiscal”, ficaram os Estados obrigados, na forma do seu art. 1º, § 2º, ao cumprimento de novas normas de finanças públicas, voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, que pressupõe ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Nesse sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal, determina maior integração entre os instrumentos básicos de gestão do governo (o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual), exigindo publicação de relatórios bimestrais (sobre a execução orçamentária) e quadrimestrais (sobre a gestão fiscal), além da divulgação anual das contas de execução física e financeira.

Torna-se necessário, dessa forma, propor substitutivo para a Mensagem anteriormente enviada à essa egrégia Assembléia Legislativa, para encaminhar a Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao Orçamento de 2001. Em cumprimento a esses novos dispositivos legais, foi possível elaborar uma proposta de LDO que resgata seus objetivos essenciais, estabelecidos no art. 165 da Constituição federal.

O Anteprojeto de Lei compõe-se de oito capítulos, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a estrutura e organização dos Orçamentos;

III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

V - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

VI - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

VII - disposições transitórias;

VIII - demais disposições.

As prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2001 são decorrentes da programação estabelecida no Plano Plurianual - 2000 a 2003, aprovado pela Lei Estadual nº 12.824, de 28 de dezembro de 1999.

É também apresentado o Anexo de Metas Fiscais, em que são estabelecidas metas anuais, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), para receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, projetados para os exercícios de 2001, 2002 e 2003.

O Poder Executivo ficará à disposição, através das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossas Excelências as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 14.06.2000.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Art. 133, § 3º, da Constituição do Estado do Paraná e em conformidade com o requerido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2001, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

V - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

VI - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

VII - disposições transitórias;

VIII - demais disposições.

Capítulo I

Das Prioridades da Administração Pública Estadual

Art. 2º - As prioridades da Administração Pública Estadual deverão estar de acordo com aquelas especificadas no Plano Plurianual - 2000 a 2003, aprovado pela Lei Estadual nº 12.824, de 28 de dezembro de 1999 e definidas nos Orçamentos para o exercício financeiro de 2001.

Capítulo II

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 3º - Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

a) Programa: instrumento de organização da ação governamental, através do qual são estabelecidos objetivos e metas quantificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforços com recursos humanos, materiais e financeiros a ele alocados e com custo global determinado;

b) Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do governo;

c) Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;

d) Operações Especiais: despesas que não contribuem para a manutenção das ações do governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, especificando valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada projeto, atividade e operação especial estará vinculado a uma função e subfunção.

Art. 4º - A elaboração dos Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, discriminará a despesa por Unidade Orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesas, com suas respectivas dotações, indicando para cada categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte de recursos.

Parágrafo Único - A fonte de recursos de que trata o *caput* deste artigo será apresentada no Projeto de Lei Orçamentária por grupo de fontes, ficando a execução orçamentária condicionada ao nível da introdução das informações no sistema. A apresentação das fontes, no Projeto de Lei Orçamentária será feito com o seguinte agrupamento:

- Recursos Próprios do Tesouro - Código 1, compreendendo as seguintes fontes:

00 - ordinário não Vinculado;

05 - resultado da exploração de recursos hídricos, petróleo, gás natural e outros;
 12 - retorno do Prosam;
 13 - títulos do tesouro estadual;
 23 - renda do fundo penitenciário;
 24 - multas e taxas de saúde pública - Funsaude;
 25 - venda de ativos e/ou devolução de capital subscrito;
 26 - contribuições compulsórias para a previdência social;
 27 - multas e taxas de defesa sanitária - FEAP;
 28 - fundo de reequipamento do fisco - Funrefisco;
 29 - taxas de polícia - Funrespol;
 31 - programa de assistência ao menor e de natureza Social - Lei nº 11.091/95;
 32 - pesquisa científica e tecnológica;
 38 - taxa ambiental;
 39 - fundo de modernização da polícia militar - FUMPM;
 41 - retorno de programas especiais - FDU;
 47 - receita decorrente da Lei Estadual nº 12.201 de 25.06.98.

- Convênios do Tesouro - Código 09, compreendendo as seguintes fontes:
 07 - convênios com órgãos federais;
 33 - convênios com o exterior.

- Operações De Crédito Do Tesouro - código 15, compreendendo as seguintes fontes:
 14 - operação de crédito interna - não vinculada;
 20 - operação de crédito interna - vinculada;
 30 - operação de crédito externa vinculada - Paraná 12 meses/BIRD;
 34 - operação de crédito externa vinculada - Prosam/BIRD;
 35 - operação de crédito externa vinculada - PQE/BIRD;
 36 - operação de crédito externa vinculada - Proem/BID;
 37 - operação de crédito externa vinculada - Paraná Urbano/BID;
 40 - operação de crédito externa vinculada - saneamento ambiental - Paranasan/OECF;
 42 - operação de crédito externa vinculada - Paraná Urbano/OECF;
 44 - operação de crédito externa vinculada - Paraná Solidariedade;

- Salário Educação - Código 16, compreendendo a seguinte fonte:
 16 - cota-parte da contribuição do salário educação - Cota Estadual.

- Fundef - Código 45, compreendendo a seguinte fonte:

45 - fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério.

- Recursos de Outras Fontes - Código 95, compreendendo as seguintes fontes:

50 - diretamente arrecadados;
 51 - operação de crédito interna;
 52 - operação de crédito externa;
 53 - cota-parte das rendas das Loterias Estaduais;
 54 - multas por infração ao Código de Trânsito Brasileiro - Funrestran;
 55 - transferências da União - SUS;
 56 - reposição florestal - Serflor;
 70 - aumento de capital social;
 81 - convênios com órgãos federais;
 82 - convênios com órgãos do Estado;
 83 - convênios com o exterior;
 84 - outros convênios;
 92 - cota-parte da contribuição do salário educação - Cota Federal.

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será apresentado segundo os seguintes desdobramentos:

Despesas Correntes:

- pessoal e encargos sociais,
 - juros e encargos da dívida,
 - outras despesas correntes.

Despesas de Capital:

- investimentos,
 - inversões financeiras,
 - amortização da dívida,
 - outras despesas de capital.

Art. 6º - O orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista terá sua despesa totalizada por empresa, ficando seu programa de trabalho detalhado por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 7º - O Programa de Obras será apresentado por Unidade Orçamentária, Projeto/Atividade, Estado, região ou município e de forma individualizada com unidade de medida, quantidade e valor discriminado segundo a fonte de recursos.

Art. 8º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto na legislação em vigor, será composto de:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da proposta orçamentária;

II - texto da lei;

III - anexo I contendo a legislação da receita de recolhimento centralizado e descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao orçamento fiscal, ao orçamento próprio da administração indireta e ao orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta, segundo as fontes de recursos;

V - anexo III contendo o orçamento fiscal, composto pelos orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os orçamentos próprios das autarquias, fundações, órgãos de regime especial e fundos, a que se refere o artigo 133, § 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista, a que se refere o artigo 133, § 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme determinação da Emenda Constitucional nº 02, de 15 de dezembro de 1993.

Capítulo III

Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 9º - A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2001 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no anexo de metas fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da receita corrente líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo Único - O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentária-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 10 - Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas for superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º - Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º - No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros, a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 11 - A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público será feita dentro dos seguintes limites percentuais da receita geral do Tesouro Estadual, após excluídas as parcelas da receita centralizada pertencentes aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

Poder Legislativo	5,0%
Poder Judiciário	8,5%
Ministério Público	3,3%

Art. 12 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 04 de setembro de 2000, para a consolidação do orçamento geral do Estado.

Art. 13 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do orçamento geral do Estado.

Art. 14 - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2001 terá a receita estimada e as despesas fixadas segundo os preços vigentes em 30 de junho de 2000, podendo serem atualizadas antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2000, de acordo com os critérios estabelecidos no próprio projeto de lei.

Parágrafo Único - As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 30 de junho de 2000.

Art. 15 - Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de investimento em regime de execução especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, § 3º da Constituição Federal e do artigo 135, § 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo, bem como, classificadas como projetos ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades despesas caracterizadas como operações especiais.

Art. 16 - A receita de recolhimento centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, ficando a parcela pertencente aos municípios, programada na despesa sob a forma de distribuição de receitas, de acordo com a legislação vigente.

Art. 17 - O Orçamento Fiscal e os Orçamentos Próprios da administração Indireta para o exercício de 2001 terão as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, no valor aproximado de R\$11.510.192.000,00 (onze bilhões, quinhentos e dez milhões, cento e noventa e dois mil reais), a preços de 30 de junho de 2000, ficando a despesa fixada em igual valor.

Art. 18 - As receitas dos Órgãos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único - Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos.

Art. 19 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, serão apresentados nos Orçamentos Próprios dessas instituições.

Art. 20 - O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Art. 21 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista compreenderá as receitas de transferência do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta investimento.

§ 1º - No anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária só deverão aparecer as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que possuem programação de investimento.

§ 2º - As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que receberem recursos do Tesouro

Estadual, para despesas de espécies diferentes de investimento, só terão estes valores registrados nos projeto/atividades de transferência, dentro do Orçamento Fiscal.

Art. 22 - A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003.

Parágrafo Único - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, terão prioridades na alocação dos recursos para a sua continuidade.

Art. 23 - As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 1º - Os recursos alocados no Projeto de Lei Orçamentária com destinação prevista ao contido no *caput* deste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

§ 2º - Os órgãos e as unidades encaminharão ao Executivo, até o dia 20 de julho de 2000, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2000, a serem incluídos no orçamento de 2001, especificando:

- número de ação originária;
- número do precatório;
- tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- nome do beneficiário;
- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2000, conforme artigo 98 §3º da Constituição do Estado do Paraná);
- cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 24 - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2001 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, aos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - a transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no artigo 11 deste projeto de lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual e com a Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual;

VII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

VIII - às contribuições do Estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de previdência e de serviços médicos-hospitalares, conforme legislação em vigor;

IX - ao pagamento de precatórios inscritos até 1º de julho de 2000;

X - a reserva de contingência, de acordo com o especificado no artigo 28 desta lei.

Art. 25 - Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir, ficando implícito que a utilização plena por um órgão implicará na redução do limite de outro, de forma a manter o percentual global de 100%:

Chefia do Poder Executivo	até 5%
Secretaria da Chefia de gabinete do Governador	até 2%
Secretaria de Estado do Governo	até 1%
Procuradoria Geral do Estado	até 1%
Ouvidoria Geral do Estado	até 1%
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral	até 4%
Administr. Geral do estado - Recursos Supervisão da SEPL	até 10%
Secretaria de Estado da Administração	até 12%
Secretaria de Estado da Fazenda	até 9%
Administr. Geral do Estado - Recursos Supervisão da Sefa	até 11%
Secretaria de Estado de Obras Públicas	até 1%
Secretaria de Estado da Comunicação Social	até 1%
Secretaria de Estado da Segurança Pública	até 16%
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	até 3%

Secretaria de Estado da Saúde	até 20%
Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	até 6%
Secretaria de Estado da Cultura	até 5%
Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família	até 6%
Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho	até 3%
Secretaria de Estado do Esporte e Turismo	até 5%
Secretaria de Est. da Indústria, Comércio e do Desenvol. Econômico	até 6%
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento	até 15%
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano	até 4%
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	até 12%
Secretaria de Estado dos Transportes	até 25%
Secretaria de Especial da Política Habitacional	até 10%
Secretaria de Especial para Assuntos de Previdência	até 2%
Secretaria de Especial para Assuntos Estratégicos	até 1%

§ 1º - Os recursos de que trata o *caput* deste artigo não incluem os recursos vinculados a cada órgão/unidade, bem como os recursos provenientes de convênios firmados diretamente pelos respectivos órgãos/unidades.

§ 2º - Os percentuais alocados para os secretários especiais, no caso da extinção da função, serão remanejados aos órgãos nos quais as ações programáticas daqueles secretários especiais serão desenvolvidas.

Art. 26 - Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada órgão celebrante do contrato, só poderão sofrer desvinculação por lei.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências, inclusive os oriundos de convênios.

Art. 27 - O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de

desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária.

Art. 28 - A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Capítulo IV

Das Disposições Sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 29 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2000, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária decorrentes de alterações no sistema Tributário Nacional;

II - a concessão redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do estado.

Capítulo V

Das Disposições Relativas às Despesas do Estado Com Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, Com Base na Receita Corrente Líquida

Art. 30 - No exercício financeiro de 2001 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º - Os órgãos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º - A repartição dos limites globais, de acordo com o artigo 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

a) 3% (três por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;

b) 6% (seis por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Poder Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Poder Executivo;

d) 2% (dois por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º - Atendendo o § 1º do artigo 18 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, con-

tabilizados como outras despesas de pessoal, estão compreendidas nos limites estabelecidos no parágrafo anterior.

§ 4º - As despesas com pessoal e encargos sociais, dos poderes e do Ministério Público, deverão enquadrar-se também no disposto no artigo 71 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 31 - O Projeto de Lei orçamentária Anual conterá em sua exposição justificativa, demonstrativo dos gastos com pessoal e encargos sociais, por poder e total, executado nos últimos três anos, a execução provável para 2000 e a estimativa para 2001, com a indicação da representatividade percentual em relação à receita corrente líquida, de acordo com a legislação vigente.

Art. 32 - O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

Capítulo VI

Das Disposições Relativas à Destinação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito

Art. 33 - O valor das operações de crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 34 - As coordenações dos programas financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2001, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

Capítulo VII

Disposições Transitórias

Art. 35 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2001, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

Capítulo VIII

Demais Disposições

Art. 36 - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 37 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os quadros de detalhamento de despesa, por projetos, atividades e operações especiais, dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta, com valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no artigo 14 desta lei.

Art. 38 - Integram a presente lei, de acordo com o disposto no artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os anexos de metas fiscais e de riscos fiscais.

Art. 39 - Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 40 - Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real patrimônio líquido do Estado.

Art. 41 - O artigo 1º acrescentado do parágrafo único e o *caput* do artigo 2º da Lei nº 11.663, de 14 de janeiro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - As atividades pertinentes à elaboração e acompanhamento da execução dos planos plurianuais ficam sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, e as relativas a Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos orçamentos fiscal, próprio da administração indireta e de investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais, ficam transferidas da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL para a Secretaria de Estado da Fazenda - Sefa.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL atuará em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda - Sefa na elaboração e acompanhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar o sistema de planejamento de que tratam os artigos 55 e seguintes da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, podendo, inclusive, transferir, no que couber, atribuições dos respectivos grupos setoriais a unidades integrantes da estrutura da Secretaria de Estado da Fazenda.”

Art. 42 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

PARA O EXERCÍCIO DE 2001 ANEXO I - METAS FISCAIS

1 - Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal assinado em 30 de outubro de 1998, entre o governo do Paraná e a União, constitui-se no marco orientador do processo de equilíbrio das contas públicas do nosso Estado.

O cumprimento das metas pactuadas no programa, para o triênio 1998-2000, foi verificado pela missão técnica da Secretaria do Tesouro Nacional que visitou o Paraná nos dias 17 a 19 de abril de 2000, devendo resultar na proposição de um novo Programa de Ajuste Fiscal para o triênio 2000-2002, que constituirá a referência principal a ser tomada em conta na elaboração da proposta do orçamento geral do Estado para 2001.

O eixo fundamental do ajuste fiscal do Estado passa pela capitalização da Paraná Previdência, combinando-se o regime contributivo atuarial - exigido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, com a cobertura do déficit previdenciário histórico, mediante o aporte de recursos provenientes da venda de ativos do Estado, a exemplo da recente operação de alienação de direitos ao recebimento de compensações financeiras devidas ao Estado pelo setor elétrico, cujo produto, em títulos federais inalienáveis, reverteu para os fundos de natureza previdenciária dos servidores públicos estaduais. Desta forma, as variações patrimoniais relacionadas com a origem e aplicação dos recursos de desestatizações deverão refletir, nos orçamentos anuais, as metas indicadas na revisão do Programa de Ajuste Fiscal efetuada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

2 - Renúncias Fiscais

A renúncia fiscal, tal como definida na Lei Complementar nº 24/75, assim como a criação ou a elevação de despesa obrigatória de caráter continuado, de que trata o artigo 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não ocorrerão no exercício fiscal de 2001, motivo por que se deixa de indicar fontes adicionais de aumento de receitas para aquelas finalidades, tais como, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

É importante assinalar que a atração de indústrias estratégicas para o desenvolvimento do nosso Estado, não envolve a renúncia de qualquer parcela da arrecadação presente. Ao contrário, busca ampliar a base tributária futura, através do crescimento mais acelerado do valor agregado na atividade industrial, gerando impostos cuja cobrança não sofre qualquer perdão ou redução, que são as hipóteses caracterizadoras de renúncia fiscal, previstas na Lei Complementar 24/75.

3. Evolução do Patrimônio Líquido

No período compreendido entre os exercícios de 1998 e 1999, foram alienados ativos, relativos a ações da Companhia Paranaense de Energia - Copel e da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no montante de R\$666.894.730,00 (seiscentos e sessenta e seis milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, setecentos e trinta reais), cujos recursos foram aplicados em estrita consonância com as disposições das Leis Estaduais nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, nº 11.963, de 19 de dezembro de 1997, nº 12.201, de 25 de junho de 1998, nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998 e nº 12.602, de 30 de junho de 1999.

Quanto ao Patrimônio Líquido, os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle de seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

4. Metas Fiscais

O esforço fiscal proposto pelo Estado é demonstrado no quadro de metas fiscais, a seguir apresentado, onde parte em 1998 de um Resultado Primário negativo,

na ordem de 5,5% do Produto Interno Bruto - PIB, para atingir já no ano de 2000 um Resultado Primário positivo de R\$238 milhões, que representa 0,36% do PIB, projetando-se 0,55% em 2001, 0,75% em 2002 e 0,86% do PIB em 2003. As despesas para o período de 2001 a 2003 estão projetadas de forma a se ajustarem às disponibilidades de receitas para o atingimento do equilíbrio financeiro estadual.

As receitas do ICMS foram projetadas para o período de 2001 a 2003 levando-se em consideração um crescimento anual de 75% da variação do PIB (correspondente a 2,6%), uma inflação anual de 7%, além do incremento obtido com o esforço fiscal.

**PROJETO DE LEI
DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PARA O EXERCÍCIO DE 2001
ANEXO DAS METAS FISCAIS
(Art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101
de 04.05.2000)**

Recursos do Tesouro

Em R\$1.000

Discriminação	Realizado 1998		Realizado 1999		Lei 2000 AJUSTADA		Exercício de 2001		Exercício de 2002		Exercício de 2003	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
1. Receita	3.969.054	7,21	4.359.540	7,16	4.553.590	6,82	4.866.633	6,65	5.436.813	6,78	5.708.193	6,49
2. Despesa	6.997.473	12,71	4.584.547	7,53	4.315.189	6,46	4.464.442	6,10	4.834.918	6,03	4.954.916	5,63
3. Resultado Primário	- 3.028.419	- 5,50	- 225.007	- 0,37	238.401	0,36	402.191	0,55	601.895	0,75	753.277	0,86
4. Dívida	475.668	0,86	500.583	0,82	822.000	1,23	897.000	1,23	932.000	1,16	922.000	1,05
5. Receita Financeira	69.765	0,13	80.865	0,13	70.052	0,10	66.979	0,09	65.743	0,08	67.286	0,08
6. Resultado Nominal	-3.434.322	-6,34	-644.725	-1,06	-513.547	-0,77	-427.830	-0,58	-264.362	-0,33	-101.437	-0,12

Recursos do Tesouro

Em R\$1.000 Médios de 2000

Discriminação	Realizado 1998		Realizado 1999		Lei 2000 AJUSTADA		Exercício de 2001		Exercício de 2002		Exercício de 2003	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
1. Receita	4.919.018	7,21	4.853.559	7,16	4.553.590	6,82	4.545.320	6,65	4.735.109	6,78	4.646.227	6,49
2. Despesa	8.672.266	12,71	5.104.064	7,53	4.315.189	6,46	4.169.683	6,10	4.210.898	6,03	4.033.091	5,63
3. Resultado Primário	-3.753.249	-5,50	-250.505	-0,37	238.401	0,36	375.637	0,55	524.211	0,75	613.136	0,86
4. Dívida	589.516	0,86	557.309	0,82	822.000	1,23	837.777	1,23	811.711	1,16	750.469	1,05
5. Receita Financeira	86.463	0,13	90.029	0,13	70.052	0,10	62.557	0,09	57.258	0,08	54.768	0,08
6. Resultado Nominal	-4.256.301	-6,24	-717.785	-1,06	-513.547	-0,77	-399.583	-0,58	-230.242	-0,33	-82.565	-0,12

ANEXO II - RISCOS FISCAIS

Relativamente aos riscos fiscais, baseados na avaliação de passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas do Estado, tal como previsto no artigo 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, é oportuno assinalar que a avaliação completa somente poderá ocorrer após deliberação final de

matérias em tramitação no Congresso Nacional, tais como Reforma Tributária (Proposta de Emenda à Constituição Federal, PLC nº 175-A de 1995), cujo texto prevê período de transição para salvaguardar o equilíbrio financeiro dos Estados, a nova Lei Kandir, (proposta de revisão da Lei Complementar nº 87/96), que deverá substituir o seguro-receita por uma compensação financeira fixa, para perdas decorrentes da desoneração do ICMS na

exportação de produtos primários e semi-elaborados, e o parcelamento de débitos decorrentes de precatórios (PLC nº 90/1999, no Senado Federal), que deverá estender por 10 (dez) anos o prazo para pagamento de débitos inscritos por precatórios judiciais.

Na montagem do cenário relativo ao período de 2001 a 2003 cabe destacar que na previsão das Receitas de Recolhimento Centralizado estão incluídos R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) relativos à Alienação de Bens, cujo ingresso em princípio está previsto para o exercício de 2001.

Tais recursos serão programados para a Paraná Previdência e serão utilizados parcialmente no período de 2001 a 2003 para atender a capitalização da instituição.

Ofícios:

Sob o nº CTL/SEEG/056/00, do senhor governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 539/99, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/SEEG/050, 051, 053, 054 e 055/2000, do senhor governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei nºs:

637/99: De autoria do deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo a instituir o município de Lunardelli como Pólo Turístico Religioso - Santuário de Santa Rita de Cássia, o qual convertido em Lei tomou o nº 12867. **Anote-se - Arquivo-se.**

068/2000: De autoria do deputado Luiz Carlos Martins, de declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Veteranos e Amigos do Basquetebol, com sede e foro no município de Piraquara, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.868. **Anote-se - Arquivo-se.**

538/99: De autoria do deputado Divanir Braz Palma, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao senhor Ágide Meneguette, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.870. **Anote-se - Arquivo-se.**

056/2000: De autoria do deputado Neivo Beraldin, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Osmar Fernandes Dias, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.871. **Anote-se - Arquivo-se.**

440/99: De autoria do deputado Neivo Beraldin, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao senhor Genésio Gabriel Gava, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.872. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 049/2000, do senhor César Cláudio Moreira Giraldes - Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social / PR, destinado a manutenção dos

serviços de Ação Continuada e Abrigo/2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2057/2000, do senhor Nestor Celso Imthon Bueno - Chefe de Gabinete da presidência do Banestado, encaminhando prestação de contas do Fundo de Desenvolvimento Econômico, relativo ao exercício financeiro de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2048/2000, do senhor Nestor Celso Imthon Bueno - Chefe de Gabinete da Presidência do Banestado, encaminhando prestação de contas da Banestado Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, relativo ao exercício de 1998 e 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1932/2000, do senhor Nestor Celso Imthon Bueno - Chefe de Gabinete da Presidência do Banestado, encaminhando prestação de contas do Fundo de Desenvolvimento Econômico, relativo ao exercício financeiro de 1998. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1932/00, do senhor Nestor Celso Imthon Bueno - Chefe de Gabinete da Presidência do Banestado, encaminhando prestação de contas da Banestado Administradora de Cartões de Crédito Ltda., relativo ao exercício de 1998. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1913/2000, do senhor Nestor Celso Imthon Bueno - Chefe de Gabinete da Presidência do Banestado, encaminhando prestação de contas da Banestado S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, relativo ao exercício financeiro de 1998. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 865/20000, do senhor José Tavares, Secretário de Estado da Segurança Pública, encaminhando resposta de pedido de informações requerido pelo deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre “fuga ocorrida no dia 27 de fevereiro do ano em curso, na Delegacia de Polícia de Iporã”. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 959/2000, do senhor Armando Raggio, secretário de Estado da Saúde, encaminhando resposta de pedido de informações requerido pelo deputado Pastor Edson Praczyk, que pede esclarecimentos sobre “critérios de atendimento aos pacientes no Hospital do Trabalhador”. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 072/2000, do senhor Giovani Gionédís, Secretário de Estado da Fazenda, encaminhando demon-

strativo das alterações de despesas realizadas em abril de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 071/2000, do senhor César Cláudio Moreira Giraldez, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, destinados a manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada e Abrigo/2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1131

Senhor Presidente.

O deputado que esta subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 374/99, de autoria do subscritor do presente, que autoriza o Poder Executivo, através da secretaria de Segurança Pública, a permitir a policiais civis e militares, o uso de armas de calibre restrito.

Sala das Sessões, em 14.06.2000.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

REQUERIMENTO Nº 1138

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por dez (10) sessões do Projeto de Lei nº 514/99, item 05 da presente Ordem do Dia desta Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 14.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1147

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a retirada por 03 (três) sessões, do Projeto de Resolução nº 020/2000, item 11 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 14.06.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO

ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1142

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja constituída por esta Casa de Leis uma Frente Parlamentar de Defesa das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, composta de 07 (sete) Parlamentares.

O objetivo da presente Frente é dimensionar, juntamente com as Instituições Estaduais de Ensino

Superior - ISES, os problemas que afetam as Universidades Estaduais e as Instituições Isoladas de Ensino Superior do Estado que ofertam ensino superior público e gratuito, e buscar, juntamente com essas instituições, alternativas que possam solucionar esses problemas.

Sala das Sessões, em 14.06.2000.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 1146

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário licença para tratamento de saúde de 121 (cento e vinte e um) dias, conforme atestado médico em anexo.

Sala das Sessões, em 14.06.2000.

(a) ALBANOR GOMES

REQUERIMENTO Nº 1133

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do doutor Cícero Laureano Leme Filho ocorrido dia 12 de junho/2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14.06.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 62 anos de idade faleceu o doutor Cícero Laureano Leme Filho e deixou 5 filhos e um neto. Era viúvo e faleceu dia 12.

O doutor Cícero era membro de tradicional família de União da Vitória onde exercia a profissão de dentista.

O passamento do doutor Cícero Laureano Leme Filho, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles, este deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Cícero.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre o doutor Cícero Laureano Leme e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto a pessoa abatida. Senhor, abençoei o doutor Cícero, para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e

tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Cícero sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Laureano Leme, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1147-B

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do senhor Sebastião Branco Costa ocorrido dia 09 de junho/2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14.06.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 09 de junho faleceu o senhor Sebastião Branco Costa, que era agropecuarista em General Carneiro.

O extinto deixou viúva Dona Rosi Pacheco Costa, 04 filhos e dois netos.

O passamento do senhor Sebastião Branco Costa veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amizades entre eles este parlamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Sebastião Branco Costa.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Sebastião Branco Costa, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar com alguém que aprende Dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoi a família do senhor Sebastião para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Sebastião sob a sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os

horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Branco Costa, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1129

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de congratulações ao município de Santa Tereza do Oeste, pelo seu 11º aniversário de emancipação político-administrativa, ocorrido no dia 12 de junho do corrente, e que o teor deste expediente seja levado ao conhecimento do prefeito Renaldo Miguel Antunes, e do presidente da Câmara, vereador Rozemar Lopes.

Sala das Sessões, em 14.06.2000.

(a) TIAGO DE AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Queremos registrar nos Anais desta Casa as nossas congratulações ao município de Santa Tereza do Oeste, pelo seu 11º aniversário de emancipação, que através do seu povo ordeiro e trabalhador tem contribuído significativamente para o desenvolvimento da região oeste do Estado e para o crescimento econômico do Paraná, cujo Poder Executivo e Legislativo local têm se esforçado na procura de medida e propostas que venham a proporcionar à sua população uma melhor qualidade de vida.

REQUERIMENTO Nº 1130

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de congratulações ao município de Lindoeste, pelo seu 11º aniversário de emancipação político-administrativa, ocorrido no dia 12 de junho do corrente, e que o teor deste expediente seja elevado ao conhecimento do prefeito Almir Gaspar, e do presidente da Câmara, vereador Adaudo Mathias.

Sala das Sessões, em 14.06.2000.

(a) TIAGO DE AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Queremos deixar registrado nos Anais desta Casa as nossas congratulações ao município de Lindoeste, pelo seu 11º aniversário de emancipação, que através do seu povo ordeiro e trabalhador tem contribuído significativamente para o desenvolvimento da região oeste do nosso Estado e para o crescimento econômico do Paraná, cuja cidade tem como prefeito o senhor Almir Gaspar, o qual tem demonstrado dedicação e empenho no comando daquela municipalidade,

e com o auxílio dos nobres vereadores vem buscando proporcionar ao povo daquele pujante município uma melhor qualidade de vida.

REQUERIMENTO Nº 1134

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Clevelândia pelo transcurso, no próximo dia 28.06.2000, de seus 108 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor Idevaldo Zardo, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Vanderlei Antonio Valério, bem como a todos os senhores vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e transmitam a toda população de Clevelândia as homenagens ora prestadas.

Sala das Sessões, em 14.06.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que toda a população de Clevelândia irá comemorar no próximo dia 28 de junho, seus 108 anos de emancipação politicamente organizada.

Clevelândia é um respeitável acervo de tradições que não se esgota. Essa herança cultural tem sido preservada e multiplicada pelas novas gerações.

Nesta data tão significativa, todo o povo de Clevelândia é credor de nossa homenagem e do nosso reconhecimento, mas na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança, sendo exemplo e cópia modelo para os demais municípios paranaenses.

Queremos, com esta proposição, parabenizar toda a população clevelandense que não mede esforços em prol do progresso cada vez mais acentuado do seu município.

Pois, não será exagero dizer que temos numa só cidade o espelho, a miniatura do mundo, com sua grandeza, com seu progresso, com sua tecnologia, com avanços, com culturas diversas e ao mesmo tempo com os problemas e dificuldades que são inerentes a qualquer sociedade.

Agora, Clevelândia pode orgulhar-se de seu passado e de seus filhos, de ontem e de hoje, entre os quais nos incluímos, ali nascidos ou vindos de outras plagas.

Também, nesta oportunidade, prestamos nossa sincera homenagem aos seus administradores de todos os tempos que sempre deram o melhor de seus esforços para o bem comum.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, congratula-se com o povo de Clevelândia na significativa data em que se comemora seus 108 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 1135

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Santa Isabel do Ivaí, pela passagem, no próximo dia 02/07/2000 de seus 48 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor José do Carmo Lavognoli, prefeito municipal, ao vice-prefeito senhor Izidoro Camilo Foletto, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 14.06.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Jubilosamente toda população de Santa Isabel do Ivaí irá comemorar festivamente o transcurso de seus 48 anos, de emancipação política no próximo dia 02 de julho.

Através desta proposição cumprimos efusivamente a população trabalhadora e honesta de Santa Isabel do Ivaí que continua ao longo desses anos, colaborando para o completo desenvolvimento de seu município.

Portanto, vemos com muita alegria que o esforço, a dedicação e o trabalho diuturno desenvolvido por seus administradores de todos os tempos não foi em vão, mas contribuiu para despertar a crença num futuro voltado ao progresso cada vez maior de toda aquela região.

Sentimo-nos honrados em parabenizar a comunidade de Santa Isabel do Ivaí pela passagem de seus 48 anos de emancipação política.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste parlamentar, renova sua gratidão e reconhecimento a toda população, certos de que continuarão na trilha do progresso.

REQUERIMENTO Nº 1136

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Rio Azul, pela passagem de seus 82 anos de emancipação política, dia 14/07/2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor Vicente Solda, prefeito municipal, ao vice-prefeito senhor Jaciel Buco Martins, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 14.06.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que toda a população de Rio Azul irá comemorar seus 82 anos de emancipação política, no dia 14/07/2000.

Portanto, é justo e oportuno prestarmos nossa homenagem de reconhecimento e gratidão à população de Rio Azul que, sabendo do seu importante papel no desenvolvimento do município, continua trabalhando e dando assim, sua valiosa colaboração em prol do seu progresso cada vez maior.

Queremos, com esta proposição, homenagear também, neste momento de festas e confraternização, seus administradores de todos os tempos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, orgulha-se em transmitir à toda a população de Rio Azul, com este voto, todo o seu respeito e admiração na certeza de que continuarão com seu trabalho diuturno para o pleno desenvolvimento da região.

REQUERIMENTO Nº 1137

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações a aplausos ao município de Mariópolis, pelo transcurso de seus 40 anos de emancipação política dia 25.07.2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor Neuri Roque Rossetti Ghelen, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Benigno José Taffarel, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Mariópolis.

Sala das Sessões, em 14.06.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 25 de julho será de grande alegria para toda a população de Mariópolis, que festivamente irá comemorar o transcurso de seus 40 anos de emancipação política.

Através desta proposição parabenizamos a todos, que continuam lutando para o bem estar da comunidade e o completo desenvolvimento naquela região.

Merecem o nosso respeito e o reconhecimento os administradores de todos os tempos pela dedicação e o trabalho diuturno em prol do progresso de Mariópolis.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, orgulha-se em apresentar ao povo ordeiro e trabalhador de Mariópolis, efusivos cumprimentos pelo transcurso da significativa data que marca mais um aniversário de sua emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 1139

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de votos de congratulações à aluna do Colégio Positivo, Aline Regina N. Costa, pela premiação no Programa Civismo Juvenil, promovido pelo Clube Soroptimista Internacional Curitiba-Glória.

Sala das Sessões, em 14.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Clube Soroptimista Internacional Curitiba-Glória, lançou o Concurso Civismo Juvenil, que teve grande repercussão em nossa Capital. Dentro do Programa Civismo Juvenil, foi premiada a aluna do Colégio Positivo, Aline Regina N. Costa, que entre outras diversas atividades desenvolvidas voltadas à comunidade, é co-autora do livro “Mata Atlântica: nossa floresta em perigo”.

A cartilha teve também grande impacto e foi realizada pelo Núcleo Positivo de Estudos da Cidadania, com a orientação de professores do Núcleo e a participação de diversos alunos.

Aos 17 anos, Aline Regina N. Costa é um verdadeiro exemplo, não só para os nossos jovens, mas para todos os cidadãos. Ela desenvolve diversas atividades voltadas à comunidade e ao meio social. Seu dia-a-dia divide-se entre estudos, sua família, seus amigos e os que dela necessitam - trabalho que faz com dedicação.

No mundo atual, em que raros são os exemplos de dedicação ao próximo, Aline é mais que uma exceção - é um exemplo de que é possível ser cidadão em sua plenitude, fazendo sua parte por um mundo melhor.

À Aline Regina N. Costa (Rua D. Alice Tibiriçá, 611 - Ap. 1902 - Champagnat - CEP 80730-320 - Curitiba), pelo trabalho que vem desenvolvendo em prol da comunidade e do ser humano, receba os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1140

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações aos alunos e professores do Colégio Positivo, pelo lançamento da Cartilha “Mata Atlântica: nossa floresta em perigo”.

Sala das Sessões, em 14.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Positivo lançou a cartilha “Mata Atlântica: nossa floresta em perigo”.

De excelente qualidade, a publicação traz um painel dos problemas que atingem este importante patrimônio nacional - nossa Mata Atlântica, do qual nos orgulhamos, mas quase nunca preservamos. O trabalho é o resultado de vários meses de pesquisas (entre os anos de 1989 e 1999), em que estiveram envolvidos os alunos do Colégio Positivo, orientados por professores que integram o grupo “Ação Meio Ambiente” do Núcleo Positivo

de Estudos da Cidadania e contou com o apoio da SPVS - Sociedade de Pesquisa da Vida Selvagem.

Este núcleo tem a participação voluntária de alunos e professores da instituição e desenvolve inúmeras ações permanentes relacionadas a temas de fundamental importância para a cidadania, tais como: solidariedade, sexualidade, meio ambiente, entre outros.

Pelo trabalho que vem sendo realizado pelo Núcleo Positivo de Estudos da Cidadania (Colégio Positivo - Rua Ângelo Sampaio, 2300 - Curitiba) e pelo lançamento da cartilha "Mata Atlântica: nossa floresta em perigo", recebam os alunos e professores abaixo relacionados, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná:

Alunos	Adriana Luckow Invitti Aline Regina N. Costa Aline Cardena Von Bathen Ana Laura Voss Trentini Ana Paula Gonçalves Carolina Rigoni Pangrácio Fernanda Eliza T. Burigo Fernanda Garbelini de Ferrante Henrique Luckow Invitti Juliana Barbosa Ferrari Maria Fernanda Motta Nelson Lemos Nelson Settanni Priscila P. Delgobbo Sibelle Jarobi Thais Regina N. Costa
Coordenadora	Rita Dallago Machado
Prof. Orientadores	Evandro Hintz Maia e Sávio Luiz Sens
Ambientalista	Tereza Urban

REQUERIMENTO Nº 1141

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Clube Soroptimista Internacional das Américas Curitiba-Glória, pela realização do Concurso na área de Civismo Juvenil.

Sala das Sessões, em 14.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Sorotimist Internacional é uma organização mundial para mulheres profissionais e executivas, trabalhando através de projetos de serviço para o avanço dos Direitos Humanos e do *Status* da Mulher.

Foi fundado em 1921 em Oakland na Califórnia e, desde então, tem como objetivo a excelência no servir, valendo-se da contribuição intelectual e profissional de suas sócias, procurando atingir metas definidas baseadas em pesquisas realizadas em todo o mundo. Atua nas áreas

de Desenvolvimento Social e Econômico, Saúde, Direitos Humanos/*Status* da Mulher, Educação, Meio Ambiente e Compreensão da Boa Vontade Internacional.

O Clube Soroptimista Internacional Curitiba-Glória, lançou o Concurso Civismo Juvenil, que teve grande repercussão em nossa Capital. Dentro do Programa Civismo Juvenil foi premiada a aluna do Colégio Positivo, Aline Regina N. Costa, que entre outras diversas atividades desenvolvidas voltadas à comunidade, é co-autora do livro "Mata Atlântica: nossa floresta em perigo".

O Programa Civismo Juvenil é um verdadeiro incentivo aos jovens para crescer como cidadãos, colaborando com a comunidade, fazendo sua parte.

Pelo lançamento do Programa Civismo Juvenil, receba o Clube Soroptimista Internacional Curitiba-Glória (Rua Bona Busnello, 133 - Jardim das Américas - Curitiba), através de sua presidente senhora Neusa Aparecida Smolka, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO 1147-C

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município da Lapa, pela comemoração de seus 231 anos.

Sala das Sessões, em 14.06.2000

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de hoje, o município da Lapa está comemorando 231 anos de sua fundação.

O município originou-se de um pequeno povoado fundado às margens da antiga Estrada da Mata, que era apenas um trecho do histórico "Caminho de Sorocaba". Apesar das inúmeras expedições exploradoras que antecederam ao ano de 1731, é a partir desta data que se estabeleceu o pouso Capão Alto, primeira denominação do que é hoje a cidade da Lapa. A primeira família que se instalou em Capão Alto foi a de João Pereira Braga e sua mulher Josefa Gonçalves da Silva. Em meados do século XVIII os pioneiros de Capão Alto construíram uma pequena capela sob a invocação de Nossa Senhora do Capão Alto, com a orientação dos Padres Carmelitas do Tamanduá. O primeiro pároco do lugar foi João da Silva Reis, filho da Lapa.

Em 13 de julho de 1797 Capão Alto é elevado à categoria de Freguesia, tendo como padroeiro Santo Antonio. Em 1806 movimenta-se a comunidade de Capão Alto com o objetivo de elevar a Freguesia à categoria de Vila, o que ocorreu, tendo sua instalação dada em 06 de junho de 1806.

A partir desta data Capão Alto passou a denominar-se Vila Nova do Príncipe. A vila cresce e começa a receber forte fluxo migratório. O período que antecedeu a Guerra dos Farrapos, Vila Nova do Príncipe se transfor-

mou em base de forças legalistas, especialmente quando Garibaldi invadiu Santa Catarina, no ano de 1843.

Em 30 de maio de 1870 passou a ser sede de Comarca, sendo o seu primeiro Juiz de Direito, o doutor Antonio Cândido Ferreira de Abreu.

No dia 07 de março de 1872, Vila Nova do Príncipe é elevada à categoria de Município e cidade, com território desmembrado de Curitiba e denominação alterada para Lapa. Na verdade o topônimo Lapa era bastante conhecido e praticado pela comunidade há muito tempo, sem que, no entanto, fosse oficializado.

A cidade da Lapa é um capítulo à parte na história do Paraná, dado a sua riqueza cultural e de fatos vividos por seus habitantes. A Lapa desempenhou importante papel durante a Revolução Federalista de 1894, revolta militar iniciada no Estado do Rio Grande do Sul. Nesta ocasião efetuou-se o sítio e tomada da Lapa, na ofensiva uma espetacular guarnição das tropas federalistas, e para defender a cidade, a garra e determinação do então coronel Gomes Carneiro. Comandante Geral das tropas sitiadas. Houveram muitas mortes, homens notáveis tombaram, inclusive Gomes Carneiro, mas seus nomes ficaram gravados na memória da gente lapeana, para sempre.

Atualmente a Lapa tem cerca de 45 mil habitantes, sendo que metade está na zona rural e a cidade tem como principal meta a industrialização e o desenvolvimento. Com uma economia basicamente agrícola, a Lapa é um dos maiores produtores de batata, milho, feijão e de frutas de caroço como pêssego, nectarina e ameixa do Estado.

A Lapa possui uma infraestrutura forte, inclusive na área de educação, já que uma das principais conquistas do município foi a inauguração da Faculdade Educacional da Lapa (Fael). Distante 71 quilômetros da capital do Estado, acolhendo muitos turistas durante o ano inteiro. Mesmo sendo cidade histórica, o município desenvolve-se rapidamente e é um exemplo de progresso para o Paraná.

Os lapeanos como são denominados seus filhos, são pessoas muito hospitaleiras. Quem visita a Lapa sente-se em casa. O povo é acolhedor, ordeiro e trabalhador. Prova disso é o desenvolvimento do município que vem crescendo a cada dia.

Ao município da Lapa pela passagem e comemoração de seus 231 anos, receba o prefeito Miguel Batista, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1125

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na

Rua Pedro Wieler - bairro Xaxim, principalmente nos finais de semana, quando muitos adolescentes ficam pela rua, promovendo algazarras, fazendo uso de drogas, inclusive cometendo atos de prostituição. Os moradores estão apavorados com as ocorrências acima citadas e pedem providências urgentes.

Sala das Sessões, em 14.06.2000

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1126

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A., no sentido de atender o pedido do senhor Pedro Machado do Nascimento, residentes à Rua Argélia nº 243 - bairro Nações I - município de Fazenda Rio Grande, que pede agilização e previsão de instalação do terminal telefônico referente a inscrição feita através do CPF 168.495.909-87 datada de 05.1998. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 347-5235 (recados).

Sala das Sessões, em 14.06.2000

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1132

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos anais da Casa, o artigo "O Caniço e o Carvalho" de autoria do doutor João Casillo, Presidente da Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba e da Academia Paranaense de Letras Jurídicas.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao doutor João Casillo, ao doutor José Carlos Gomes de Carvalho, bem como à Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 14.06.2000

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A transcrição nos anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do artigo "O Caniço e o Carvalho" de autoria do doutor João Casillo se justifica pelo teor altamente significativo quando da homenagem prestada, tão merecidamente ao doutor José Carlos Gomes de Carvalho.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 197/00

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - São proibidos instalação e funcionamento de caça-níqueis em todos o território do Estado do Paraná.

Art. 2º - A transgressão da presente lei será objeto de multa no valor de 03 a 10 salários mínimos para o infrator, com pena de cassação de alvará de funcionamento da firma ou instituição comercial onde estiverem instalado esses caça-níqueis.

Parágrafo Único - O produto dessas multas será revertido para instituições sociais mantidas pela Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Art. 3º - O governo do Estado baixará normas complementares para cumprimento da presente lei.

Art. 4º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 14.06.2000.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Os caça-níqueis têm-se constituído em contravenção penal, além de caracterizarem um aliciamento constante para menores, que deixam suas obrigações escolares para se atirarem no vício do jogo.

As explorações desses jogos de azar tem ocasionado trabalhos insanos da polícia estadual e federal na busca desses caça-níqueis, onde pessoas sem escrúpulo utilizam-se de liminares na Justiça para continuar aliciando menores, em flagrante desrespeito ao Código de Defesa do Menor, para desconforto das famílias que vêm seus filhos caminhando por sendas da ociosidade e do vício.

Os meios de comunicação têm destacado amiúde ações da polícia no encalço de contraventores dessa área, com dificuldades múltiplas na eliminação desses focos de contravenção.

Uma lei específica para o caso tornará o trabalho mais eficaz, além de sinalizar negativamente para eventuais intenções em instalar e explorar caça-níqueis no Paraná.

A proibição desses caça-níqueis no Paraná será salutar, não só no aspecto educativo e social da juventude, mas também será um instrumento eficaz para eliminação dessa contravenção,

A lei propõe penalidades, o que a torna mais eficaz na sua aplicação, e destina o produto das multas para instituições sociais mantidas pela Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

O bem comum está acima de interesses individuais ou de segmentos da sociedade. A lei em questão atende o bem comum das famílias paranaenses, motivo pelo qual a propomos.

PROJETO DE LEI Nº 198/00

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o governo do Estado do Paraná a criar e a instalar uma Companhia da Polícia Militar do Estado do Paraná, no município de Sarandi.

Art. 2º - O governo do Estado do Paraná realizará procedimentos para instalação dessa unidade através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 3º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 14.06.00

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Em Sarandi está sediado um Pelotão da Polícia Militar, que atende o município de Sarandi.

O próprio comando do 4º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, sediado em Maringá, reconhece a necessidade de ampliar a estrutura de segurança desse Município.

Entretanto, com a criação da Região metropolitana de Maringá, e o aumento populacional de alguns municípios dessa região, como Sarandi, Paiçandu e Mandaguaçu, aquele Comando apresentou sugestões de alterar o plano de articulação da Polícia Militar, transformando o Pelotão da PM de Sarandi em Companhia da Polícia Militar do Paraná, com sede em Sarandi.

O presente projeto de lei tem como objetivo autorizar o governo do Estado do Paraná a criar e instalar uma Companhia da Polícia Militar do Estado do Paraná, em Sarandi.

PROJETO DE LEI Nº 199/00

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas de Infrações Penais.

Art. 2º - O programa de que trata esta lei tem como objetivo garantir a proteção para as pessoas que estejam sendo ou possam vir a ser coagidas ou ameaçadas por sua colaboração direta ou indireta em investigação criminal ou processo penal.

§ 1º - A proteção de que trata esta lei poderá ser dirigida ou estendida:

I - ao agente público encarregado de serviço especial relacionado à investigação criminal ou processo penal, nos termos do regulamento;

II - ao cônjuge ou companheiro, aos parentes consanguíneos afins ou por adoção e aos dependentes da vítima, da testemunha ou do agente público envolvido em investigação criminal ou processo penal, conforme a necessidade apurada em cada caso.

§ 2º - Em situações excepcionais, mediante solicitação assinada por, pelo menos, três das autoridades relacionadas no art. 7º desta lei, poderá o Conselho

Deliberativo permitir o ingresso, no Programa, de pessoa não incluída nas hipóteses mencionados neste artigo.

Art. 3º - A proteção concedida pelo programa e as medidas dela decorrentes serão compatíveis com a gravidade da coação ou da ameaça à integridade física ou psicológica, a dificuldade de preveni-las ou reprimi-las pelos meios convencionais e a importância da pessoa para a produção da prova.

Art. 4º - O ingresso no programa, as restrições de segurança e a adoção das demais medidas constantes ficam condicionados à anuência da pessoa protegida ou de seu representante legal.

Art. 5º - O programa será dirigido por um Conselho Deliberativo composto:

I - pelo secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, que o presidirá;

II - por um membro do Ministério Público;

III - por um membro da Magistratura;

IV - por um delegado de Polícia;

V - por um oficial da Polícia Militar;

VI - pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa.

Art. 6º - O Conselho Deliberativo decidirá sobre:

I - o ingresso da pessoa no Programa e a sua exclusão;

II - as medidas de proteção necessárias e a sua duração.

§ 1º - As deliberações do Conselho serão tomadas pela maioria absoluta de seus membros.

§ 2º - O Conselho poderá solicitar, para subsidiar suas deliberações, documentos ou informações comprobatórios de identidade, situação profissional, patrimônio, grau de instrução e pendência de obrigações civis, administrativas, fiscais, financeiras ou penais do interessado, bem como exames ou pareceres técnicos sobre a sua personalidade e estado físico ou psicológico.

§ 3º - As deliberações do Conselho serão tomadas em prazo compatível com a urgência de proteção solicitada.

Art. 7º - A solicitação de ingresso no Programa, feita pessoalmente ou por procurador, poderá ser encaminhada ao Conselho Deliberativo:

I - por membro do Ministério Público;

II - pela autoridade policial que conduz a investigação criminal;

III - pelo Juiz competente para a instrução do processo criminal;

IV - pelo corregedor da Polícia Civil;

V - por membro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos.

Parágrafo Único - A solicitação de que trata este artigo será instruída com a qualificação da pessoa a ser

protegida e com informações sobre o fato delituoso e a coação ou ameaça que a motivam.

Art. 8º - Será considerado oficialmente encaminhado ao Conselho Deliberativo o pedido de proteção protocolizado na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania por qualquer das autoridades a que se refere o Artigo 7º.

Art. 9º - A pessoa protegida poderá ser excluída do Programa a qualquer tempo:

I - por solicitação própria;

II - por decisão do Conselho Deliberativo.

Art. 10 - Em caso de urgência levando-se em consideração a procedência, a gravidade e a eminência da coação ou ameaça, a pessoa poderá ficar provisoriamente sob a custódia de órgão policial, por indicação de uma das autoridades a que se refere o Art. 7º, enquanto aguarda a decisão do Conselho Deliberativo.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho Deliberativo e o Ministério Público serão imediatamente informados da custódia provisória concedida nos termos deste artigo.

Art. 11 - A proteção de que trata esta lei compreende, entre outras, as seguintes medidas, aplicáveis isolada ou cumulativamente em benefício da pessoa protegida, segundo a gravidade e as circunstâncias de cada caso:

I - segurança na residência, incluindo o controle de telecomunicações;

II - escolta e segurança nos deslocamentos da residência, para fins de trabalho ou para prestação de depoimentos inclusive;

III - transferência de residência ou acomodação provisória em local compatível com a proteção;

IV - preservação da identidade, imagem e dados pessoais;

V - ajuda financeira mensal para prover as despesas necessárias à subsistência individual ou familiar, caso a pessoa protegida fique impossibilitada de desenvolver trabalho regular ou não disponha de fonte de renda;

VI - suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo de vencimentos ou vantagens, quando servidor público;

VII - apoio e assistência jurídica, até mesmo para que se concedam medidas cautelares direta ou indiretamente relacionadas com a eficácia da proteção.

VIII - apoio e assistência social, médica e psicológica;

IX - sigilo em relação aos atos praticados em virtude da proteção concedida;

X - apoio dos órgãos executores do programa para cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam o comparecimento pessoal;

XI - apoio a programas sociais e pedagógicos de readaptação da pessoa protegida.

Parágrafo Único - O Conselho Deliberativo fixará, no início de cada exercício financeiro, o limite máximo para a ajuda mensal a que se refere o inciso V deste artigo.

Art. 12 - As medidas de proteção definidas pelo Conselho Deliberativo serão executadas pelos órgãos e instituições públicas por ele indicadas, com a colaboração das entidades privadas que se oferecerem para tal.

Art. 13 - A proteção oferecida terá duração máxima de dois anos, prorrogáveis excepcionalmente por decisão do Conselho Deliberativo, no caso de, findo este período, perdurarem os motivos que autorizaram a inclusão da pessoa no Programa.

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com a União, os municípios e as entidades públicas e privadas para o cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 15 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.06.2000

(aa) ALGACI TULIO, RICARDO CHAB, TIAGO AMORIM NOVAES, RICARDO MAIA, CHICO NOROESTE, FERNANDO RIBAS CARLI

PROJETO DE LEI Nº 200/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada em Crimes na Internet, com atuação em todo o Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.06.2000

(a) BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Considerando a realidade inexorável instituída pela integração mundial dos sistemas de informática em todos os aspectos da vida cotidiana de qualquer cidadão, seja na utilização de serviços de informação, na realização de compras, pesquisas, prestação de serviços e uma infinidade de outros, através da chamada Internet.

Considerando que a utilização da Internet vem como toda relação do homem em sociedade, despertando a inteligência de pessoas que nas lacunas e falhas dos

sistemas tentam ou efetivamente se apropriam de informações, acesso a cartões de crédito, contas corrente de pessoas físicas e jurídicas além de divulgar para o acesso indiscriminado de qualquer pessoa que queira visitar a página, sites pornográficos, de pedofilia e outros indecifráveis, dignos de mentes doentias.

Considerando que embora não haja, no direito positivo vigente previsto legal para determinadas e específicas infrações ainda não tipificadas, enquanto crime que ferem a condutas éticas e morais, o que o Legislador Federal vem buscando sanar, existem inúmeras situações de fato que cotidianamente estão burlando a lei e por consequência criminosos ficando impunes.

Considerando que existe na legislação substantiva repressiva, a título de exemplos as figuras do estelionato (artigo 171 do Código Penal), apropriação indébita (artigo 108 do Código Penal), ambos na esfera no acesso indevido do patrimônio privado no âmbito da rede de computadores que por si só justificam a imediata implantação de uma delegacia especializada com policiais aptos, treinados e equipados para combater os meliantes desta nova realidade social.

Considerando que a maioria dos países vem se prevendo da atuação destes criminosos, através de policiais especializados e do mesmo nível intelectual daqueles, propiciando e colocando a disposição técnicas e informações que obstruam a atuação dos meliantes, que vem desestabilizando as relações e de informação proporcionadas pelo sistema.

Solicito ao Excelentíssimo senhor governador do Estado do Paraná que determine a adoção de medidas necessárias, visando a criação e instituição da Delegacia Especializada em Crimes na Internet.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados. Mesmo que o governador do Estado do Paraná e mais de perto dentro desta Casa, o ilustre Líder do Governo, deputado Valdir Rossoni, procure de todas as formas possíveis dizer que Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais não são retalhadas com aquela briga que houve na inauguração da firma continental na minha cidade. Quando o prefeito Jocelito Canto apresentava ao governador Jaime Lerner uma pauta de reivindicações da comunidade de Ponta Grossa e a falta de palavra que tem o governador quando disse da escolha de um nome da região dos Campos Gerais, para integrar no primeiro escalão do seu governo.

Nós, a cada dia, testemunhamos não só nesta Casa mas através da imprensa falada, escrita e televisada de

todo o Paraná, que a cada projeto, que a cada ação do governo, Ponta Grossa é esquecida.

Há dois dias, senhor presidente e senhores deputados, lançava-se na região dos Campos Gerais um programa chamado Desfavelamento, onde, em todo o solo paranístico - após levantamento feito pela Defesa Civil do Estado do Paraná e mais de perto pela Secretaria de Habitação, identificava diversos pontos de favelas em todo o Paraná. E em Ponta Grossa, nós que conhecemos bem a cidade, que já tivemos o prazer e a honra de administrá-la temos, pelo fluxo de toda a região que ali converge, nossa cidade, pelo surto de desenvolvimento industrial que nestes últimos anos Ponta Grossa teve. É ela o chamariz de toda a região e de parte do Paraná e até do Estado de São Paulo, que vêm na esperança de encontrar ali o sustento através do emprego da sua família.

Temos, senhor presidente e senhores deputados, mais de 200 favelas na cidade. Apesar do esforço do atual prefeito, que fez um programa pioneiro no Brasil, que foi, por diversos órgãos de informação deste País pre-miado, ele, através de iniciativa própria da prefeitura, fez os condomínios sociais.

Agraciou o senhor governador com o nome do pai dele e da mãe dele como um dos condomínios tentando sensibilizar o governo do Estado para dar atenção àqueles menos favorecidos da cidade de Ponta Grossa.

Já construiu, o atual prefeito da cidade, diversos condomínios, condomínios esses que tiram da beira do esgoto, da beira da rodovia, irmãos nossos, que não tenham condições de sobrevivência humana onde se encontravam, e nesses condomínios sociais lá, estão eles, alegres com as suas crianças nutridas e assistidas pela saúde pública, e ainda mais os chefes de famílias e as mães, porque tem condomínio também social, da mãe solteira. No fundo do condomínio, senhor presidente, senhores deputados, existe oficina seja da construção de telas, seja de marcenaria, enfim, na especialidade onde aquele homem tirado lá da favela encontra o seu meio de vida através do trabalho, ganhando e pagando uma prestação que ele pode pagar.

E agora quando vemos senhor presidente, senhores deputados, quando o governador não paga a parcela última do Paraná Urbano, parcela esta destinada pelo Banco Internacional do Desenvolvimento aprovada pela Secretaria, comandada pelo ilustre senhor Lubomir Ficinski, projetos da atual administração, da administração anterior, na pessoa de Paulo Cunha Nascimento, que trouxe, dentro da capacidade de endividamento de Ponta Grossa, os projetos a serem aprovados e o foram e o governador, por birra, não libera a Ponta Grossa o dinheiro que não é seu, o dinheiro que é do povo de Ponta Grossa vai construir obras, porque não é um dinheiro de graça, é um dinheiro que vai ser pago em 20, 25 anos de financiamento junto a esse organismo internacional. Isto é retaliação.

Além disso, o problema da distribuição de tudo que nós sentimos e da atenção administrativa que o governo faz, e agora nesse projeto de desfavelamento, parece-me que para desafiar Ponta Grossa e nós outros, juntamente com os deputados aqui que fazem assento nesta Casa, o Plauto Miró Guimarães, Péricles Mello, que têm o seu domicílio como a nossa pessoa na cidade de Ponta Grossa, e parece que o governador, desafiando Ponta Grossa, manda o projeto de desfavelamento a 10 cidades circunvizinhas, e não manda à cidade de Ponta Grossa.

Estamos entrando, senhores deputados, com um requerimento, lembrando ao governador que não é tão somente a estrada que ele abandonou, que mentiram na época da eleição, de Guaraci a Teixeira Soares, tão somente 18, 20 quilômetros faltando, todo serviço que foi feito está sendo perdido, corroído pelo tempo, e o governador não terminará; são diversos empreiteiros da nossa cidade que não recebem as salas de aulas que construíram, os ginásios que reformaram e as delegacias onde eles deram o seu trabalho.

Agora, já com a presença do ilustre Líder do Governo, volto a repetir o que disse na sua ausência, apesar dos seus esforços, nobre deputado Valdir Rossoni, mais uma vez Ponta Grossa, nesse programa do desfavelamento, aonde temos mais de 200 focos que Vossa Excelência conhece bem a dificuldade que está o município, trazido pela industrialização que o governo do Estado e a prefeitura e mais de perto a Secretaria de Indústria e Comércio na época do atual presidente nosso, deputado Nelson Justus, e do atual secretário Sciarra, tem levado à nossa cidade indústrias, atraindo as famílias da região, do Estado e até fora do Estado para vir a Ponta Grossa procurando um emprego, e não encontrando, acabando os seus recursos, as suas economias, eles vão para a favela. Temos mais de 200 focos identificados, de milhares de favelas que estão assentadas em nossa cidade.

E agora, quando vemos, ilustre deputado Valdir Rossoni, o governo do Estado em tão boa hora implantando o programa de desfavelamento é que nós estamos entrando na Casa com um pedido, para que o secretário da Habitação, para que o governador Jaime Lerner, conhecendo Ponta Grossa como Vossa Excelência conhece, inclua a nossa cidade no programa de desfavelamento do Estado do Paraná, coisa que eu acredito não é difícil, pois ele está já implantando em dez municípios, inclusive aonde Vossa Excelência tem a representação política aqui nesta Casa e nas Secretarias do Estado. E nós cumprimos Imbituva, Reserva, Tibagi, todas as regiões agraciadas, menos Ponta Grossa, ilustre deputado Valdir Rossoni, ao qual eu concedo um aparte.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Luiz Carlos Zuk, acredito que Vossa Excelência vai me desculpar pela palavra que vou usar

aqui. Vossa Excelência está com a síndrome do desrespeito que o prefeito teve com o nosso governador, quando esteve em Ponta Grossa. Então, de repente, quando o governo toma uma atitude de atender municípios do Paraná e numa eventualidade Ponta Grossa fica fora, parecer ser uma discriminação. E eu já disse aqui para Vossa Excelência que o governador tem tratado a cidade de Ponta Grossa como nenhum governador tratou. Quando Vossa Excelência fala da Secretaria de Indústria e Comércio, secretariada pelo nosso presidente Nelson Justus, ou pelo atual secretário, Sciarra, nós temos que lembrar que esta Secretaria é um trabalho do governador Jaime Lerner que está ajudando a industrializar e desenvolver aquela cidade. Eu trocaria minha cidade de União da Vitória, eu trocaria um programa hoje, de desfavelamento, por algumas ou uma indústria daquelas que foram para Ponta Grossa e eu não consegui para a minha cidade de União da Vitória, que é a minha cidade pólo.

Então, espero, compreendo a sua preocupação em defender Ponta Grossa, Vossa Excelência está no seu papel, tem todo o direito, lá é a sua base eleitoral, lá tem o povo que lhe respeita. Mas, espero que compreenda que o governo do Estado, quando lança um programa num primeiro momento ele não consegue atender os 400 municípios do Paraná; há um esforço de atender quanto mais, melhor. Mas, gostaria que Vossa Excelência compreendesse: se Ponta Grossa não foi incluída na primeira etapa, certamente, será incluída na segunda.

Se o governador não nutre pelo prefeito de Ponta Grossa respeito, ele nutre por Ponta Grossa, pelo povo de Ponta Grossa o respeito. Se o governador não aprova as atitudes do prefeito de Ponta Grossa, ele nutre respeito pelos deputados de Ponta Grossa e pelo povo de Ponta Grossa.

Então, certamente Ponta Grossa será atendida numa segunda etapa, poder ter a certeza. E cumprimento Vossa Excelência pelas atitudes tidas nesta Casa em defesa da sua cidade, o que engrandece aqui o seu trabalho.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte do ilustre Líder do Governo, deputado Valdir Rossoni, e poderia fazer um adendo ao que ele disse: eu não tenho a síndrome da briga que houve entre o prefeito e o governador, eu tenho até uma ponderação a ser feita que de ambas as partes faltou um pouco de equilíbrio; ele, cobrando o governador publicamente, e o governador, não tendo aquela sensatez de dar passagem pelo que ele entendeu que foi uma falta de educação.

O Sr. Valdir Rossoni

Não, quem entendeu que foi falta de educação não foi o governador, foi o deputado Rossoni.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Certo.

Então, acho que isso faltou, de ambas as partes.

Mas, não alegando esse fato com a minha cidade, com a minha região, eu digo que Ponta Grossa é irmã de União da Vitória, que Vossa Excelência tão bem defende e o ex-deputado Anibal Khury tinha com a sua pessoa ali, a base eleitoral. Infelizmente as indústrias, quando procuravam o então secretário presidente Nelson Justus, e o atual secretário de Indústria e Comércio, as indústrias que se assentaram no Distrito de Ponta Grossa tinham, além dos incentivos oferecidos pelo governo do Estado e pela prefeitura, a sua localização geográfica que teria que ser dentro do corredor de exportação do Porto de Paranaguá, para fazer com que seus produtos fossem escoados e uma proximidade de acesso às matérias-primas. Assim é que, fazendo a vitrine do Mercosul e dos países irmãos que serão amanhã os consumidores dos produtos que serão fabricados na nossa cidade, foi que Ponta Grossa ganhou, pela sua localização, pela especialidade de mão-de-obra através do Cefet, Senai e Sesi, pela qualificação profissional daqueles homens ligados a diversos segmentos e principalmente automotivos e de confecções, é que tivemos o assentamento bem como o de nutrição, através de diversos capitais estrangeiros que vieram à nossa cidade pela localização, pelo incentivo do governo do Estado e pela atenção do município de Ponta Grossa, somado à população que oferecia seus filhos qualificados para pertencer aos quadros funcionais destes empreendimentos.

Entendo também, deputado Valdir Rossoni, que União da Vitória fica numa divisa, próximo ao Estado de Santa Catarina, não tendo fluxo pelo qual Ponta Grossa desfruta para o corredor do Porto de Paranaguá.

Mas, queria terminar, senhor presidente, dizendo que acreditamos na palavra do ilustre Líder do Governo, que dará o apoio que solicitamos respeitosa-mente ao governador do Estado e ao secretário Rafael Dely da Habitação, para que Ponta Grossa seja incluída no programa de desfavelamento, mostrando assim, além daquilo que reclamamos, a atenção da segurança com a inclusão de Ponta Grossa nesta segunda etapa de equipamentos para a Polícia Civil, para a Polícia Militar e recursos humanos, principalmente para a 13ª Divisão, e agora com a inclusão de Ponta Grossa na segunda etapa do projeto Desfavelamento do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Com a palavra a Liderança do PST, PSB, PTB, PFL, PSDB.

(Declinam)

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Na impossibilidade de estar neste plenário, o nosso Líder Nereu Moura, aqui comparecemos para, em nome

do PMDB e acredito que também dos demais deputados que integram a Bancada da Oposição nesta Casa, relatar a Vossas Excelências que os deputados Nereu Moura, Irineu Colombo e Edgar Bueno, representando os 14 deputados da Oposição, se encontram em Brasília no dia de hoje, onde, pela manhã, às 11:00 horas, estiveram reunidos com o procurador geral da República, Geraldo Brindeiro, ocasião em que foram a ele relatar toda a situação que entendemos desastrosa em termos de Segurança Pública no Estado do Paraná, toda a situação que entendemos desastrosa quando se trata de respeito ao cidadão e aos direitos humanos que aqui deveriam existir e prevalecer.

Senhor presidente e senhores deputados, no momento em que estiveram com o procurador geral da República, o doutor Brindeiro ficou espantado com o volume de documentos levados pelos nossos parlamentares. Sugeriu várias alternativas. Uma delas, entregar todo aquele dossiê também ao Conselho Nacional de Direitos Humanos. Prova de que os nossos parlamentares estavam agindo com correção, com o próprio procurador geral da República, homem que tem total imparcialidade nesta questão, porque não vive no Paraná, não sofre os problemas que o povo paranaense sofre no dia-a-dia, em função da falta de segurança, em função do desrespeito às questões mínimas dos direitos humanos, e só de analisar os documentos, dossiê que a ele foi entregue, ficou espantado. E sugeriu, dentre tantas coisas, que fosse aquele dossiê entregue também ao Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Disse ele que também, embora não vivendo aqui, mas por obrigação de ofício, sendo ele procurador geral da República, procurador geral em todo este País, que tem acompanhado os fatos aqui no Paraná, até porque nos meses mais recentes, a partir de fevereiro, de março, passando por abril e maio, os acontecimentos havidos no Estado do Paraná relativos à segurança pública e aos direitos humanos, ganharam o noticiário nacional, repercussão nacional. Foram levados ao conhecimento de todo o Brasil. Foram e estão sendo responsáveis por uma imagem muito negativa do Estado do Paraná, em função desta falta de segurança que todos nós estamos tendo, em função do desenvolvimento noticiado e colocado a público dos nossos policiais e de servidores ligados à segurança pública, em especial daqueles ligados à Polícia Civil.

Foi também levado ao conhecimento nacional os atos que por nós já foram denunciados como atos de violência, praticados pela nossa Polícia, sob orientação do governo do Estado, quando buscou-se a desmobilização da greve dos caminhoneiros, quando se buscou a desmobilização da paralisação dos servidores do Poder Judiciário, quando se buscou a desmobilização dos sem-terra acampados na Praça Nossa Senhora da Salete, e principalmente, quando se buscou e se conseguiu impedir a vinda do movimento sem-terra até Curitiba, naquele

fatídico confronto na BR-376, 277 no trecho compreendido entre Campo Largo e Curitiba.

Todas estas notícias levadas pela imprensa ao conhecimento do Paraná e do Brasil, fizeram com que a imagem do Paraná ficasse manchada perante o conceito nacional e perante a população brasileira. Por esta razão, entendeu a Bancada de Oposição, entenderam todos aqueles que pertencem e integram a movimento pelo resgate da moralidade, da cidadania, dos direitos humanos, aqui no Estado do Paraná, que não poderíamos, de forma alguma, permanecer inertes e calados. Por esta razão, no dia de hoje, protocolou-se junto à Procuradoria Geral da República, após esta audiência com o procurador geral, doutor Brindeiro, uma ação onde se pede que o procurador geral da República represente...

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, com a permissão do deputado Orlando Pessuti, gostaria de perguntar a Vossa Excelência se ele está no Horário da Liderança ou no do Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário da Liderança.

O Sr. Valdir Rossoni

Então, agradeço a Vossa Excelência e peço um aparte ao deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Na sequência lhe concederei.

Foi, portanto, senhor presidente e senhores deputados, encaminhado essa representação junto ao procurador geral da República, para que ele, de sua parte, represente junto aos tribunais superiores no sentido de que se determine a intervenção no Estado do Paraná. Entendemos que se faz necessário porque no presente momento qualquer pesquisa que já tenha sido feita, ou que venha a ser feita, vai mostrar a total desconfiança, a total insegurança da população em relação ao seu aparato policial, vai mostrar que estamos vivendo momentos de intranquilidade; e que o Estado, deputado Rossoni, não oferece no presente momento, nenhuma condição de segurança à sua gente e ao seu povo, e por essa razão entendemos necessária uma presença mais forte, uma presença mais firme da autoridade governamental superior que é o governo federal, no sentido de que, intervindo no Paraná, possamos colocar em pratos limpos tudo aquilo que está acontecendo, seja no setor de segurança pública, ou principalmente na falta de respeito às garantias individuais, na falta de respeito aquilo que é de direito do cidadão. O desrespeito humano que vem acontecendo no Paraná em atos praticados pelo Governo, repetidas vezes, porque, fosse apenas uma vez poderia até se entender que foi um erro, que foi uma atitude impensada, como disse o comandante da Polícia lá do Rio de Janeiro que o rapaz que partiu para cima do assaltante não tinha autorização,

não estava preparado, que não era autorizado a fazer nada; mas lá estava sob comando e pertencendo a um aparato.

Da mesma forma, senhor presidente, o que acontece aqui no Paraná, vai-se para o confronto em qualquer tentativa de mobilização da sociedade civil organizada, vai-se para o confronto quando qualquer coisa tenta se demonstrar contra o governo, e quando vai-se para esse confronto, para essa repressão, vai-se com todo vigor, vai-se com toda voracidade, a ponto de resultar no ferimento de caminhoneiros, no ferimento de servidores públicos, na morte de um integrante do movimento sem-terra.

Por essa razão, senhor presidente, é que nós entendemos que a total falta de segurança, a total falta de respeito aos direitos humanos no Estado do Paraná é que fez surgir esta necessidade, de que o procurador geral da República represente junto aos tribunais superiores pela intervenção no Estado do Paraná.

O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Pessuti, agradeço o aparte, e quero dizer a Vossa Excelência que ouço o seu pronunciamento, não com preocupação, porque, sinceramente, com o respeito que tenho por Vossa Excelência, sinto, na transmissão do seu olhar, da forma de falar, que Vossa Excelência mesmo não tem convicção de que é verdadeira esta situação no Paraná. Falar em direitos humanos aqui no Estado do Paraná, falar em segurança pública no Brasil, e achar que no Paraná não tem segurança pública. Eu quero pedir, além de ter encaminhado ao procurador geral da República, eu gostaria, de requerer também a esta Casa que a Comissão de Direitos Humanos também investigasse, porque quero dizer deputado Pessuti, Vossa Excelência tem feito vários pronunciamentos nesta Casa, e pronunciamentos que têm feito refletir sobre o assunto que Vossa Excelência fala, mas digo, com todo o respeito que tenho pela sua atuação parlamentar, Vossa Excelência não tem convicção do que está falando e sabe que não é verdade o que está falando. Sabe as medidas que foram tomadas pelo governador Jaime Lerner, quando da passagem, por aqui, da CPI do Narcotráfico. Enquanto em outros Estados a CPI do Narcotráfico passou, denunciado a banda pobre da Polícia, os governadores não tomaram as medidas que eram necessárias, aqui, no Estado do Paraná. Pelo contrário. Só que existe uma diferença entre as atuações de governo. Vossas Excelências clamam pelos direitos humanos e do outro lado Vossa Excelência clama por segurança pública. Tem que haver um equilíbrio.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Perfeitamente. E é isso o que não está havendo.

O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência me deixe concluir o meu raciocínio.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Espero que seja breve, porque o próprio Regimento estabelece que seja breve, para que o orador da tribuna não perca todo o seu tempo.

Isso é regimental.

O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência além de ter me desconcentrado na conclusão do meu aparte...

O SR. ORLANDO PESSUTI

Certamente Vossa Excelência não estava muito convicto do que estava falando e por isso desconcentrou-se.

O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência sabe muito bem que tem que haver um equilíbrio, entre o que são os direitos humanos e a segurança pública. Os direitos humanos no Paraná, não tenho dúvida, são protegidos. Não tenho dúvida que no Estado do Paraná, hoje, com a atuação do deputado José Tavares à frente da Secretaria de Segurança, está fazendo uma verdadeira revolução no âmbito da Segurança Pública do Estado do Paraná. Vossa Excelência me permita dizer que lamento que três parlamentares, ao invés de constituir aqui nesta Casa, uma comissão para discutirmos isso inteiramente, tentem denegrir a imagem do Estado do Paraná, sem nenhum fundamento, sem nenhuma consistência, sem nada que possa vir trazer qualquer resultado. Deixo um desafio a Vossa Excelência. É claro que o procurador iria receber os três parlamentares e iria receber lá as supostas denúncias. Mas Vossa Excelência verá, no decorrer do tempo, que elas não têm nenhuma consistência e certamente não trarão nada de resultados, para contribuir para a nossa segurança pública, para os direitos humanos. É mais uma atitude política, para demonstração pública, do que uma ação de quem quer realmente preservar os direitos humanos e quer uma melhor segurança pública no seu Estado.

Permita-me discordar de Vossa Excelência. Não fique aborrecido com esse parlamentar. Me reserve o direito de discordar de Vossa Excelência, mas lutarei sempre para que Vossa Excelência tenha esse direito de criticar o nosso governo.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Deputado Valdir Rossoni, nem criticando o governo Jaime Lerner nós estamos nesse momento. Talvez Vossa Excelência tenha achado que nós estávamos tão convictos e tão verdadeiros, já que tentou dizer que não era verdade aquilo que estávamos dizendo e pensando, em uma demonstração de que até a mente das pessoas, o olhar delas, Vossa Excelência consegue desvendar a uma distância de quase 30 metros. Vossa Excelência me per-

doe, porque talvez hoje, estejamos, aqui, com calma, fazendo um discurso tranqüilo, sem aquela veemência costumeira, quando nós atacamos o governo que Vossa Excelência defende. Talvez, esse tenha sido o motivo da sua estranheza, em relação à forma que estamos nos pronunciando.

Não quero discutir se estou certo ou não. Quem vai dizer se estamos certos ou não, é quem vai analisar todo aquele dossiê que foi para lá mandado e que não foi produzido pela vontade e pela visão, certa ou errada destes três parlamentares, ou dos 14 deputados da Oposição que firmaram também este documento em apoio à viagem destes três parlamentares.

E até, deputado Rossoni, Vossa Excelência sabe, muito bem, que embora tenhamos percorrido, nos bancos escolares, caminhos mais ou menos parecidos, dado a nossa convivência na Casa do Estudante Universitário do Paraná, mas desde aquela oportunidade a nossa maneira de ver as questões de segurança pública, e de direitos humanos, que naquela oportunidade também da nossa vida escolar não eram respeitados, desde aquela ocasião até hoje a nossa maneira de encarar estas questões, diferem e diferem muito. Tanto que, em todo este período de vida política nossa, Vossa Excelência e nós, sempre estivemos em trincheiras diferentes, porque certamente pensamos e agimos de forma diferente, quando se trata de segurança pública e de direitos humanos.

Concluo, já com a benevolência do nosso presidente, com mais de 5 minutos, dizendo que a Bancada da Oposição procura fazer a sua parte, procura estabelecer o contraditório. A Bancada da Oposição cumpre com o seu papel de denunciar tudo aquilo que entende de irregular, no Estado do Paraná, tudo aquilo que entende de irregular na questão administrativa e política do governo do Estado! Porque esta Casa é uma Casa política e a política tem que se fazer dentro desta Casa. Se aquilo que estamos fazendo é um ato político nós estamos, sim, fazendo certo, porque fazer política é a nossa obrigação primeira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A mesa recebe ofício do deputado Albanor Gomes solicitando licença para tratamento de saúde, devidamente acompanhado de atestado médico, com o que então permanece o deputado Nelson Tureck, como suplente.

Isso é apenas um comunicado.

Não há mais oradores inscritos no Horário das Lideranças,

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 010/2000, subscrita pelo senhor governador do Estado do Paraná, constante do expediente enviando anteprojeto de lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2001, de que trata a Mensagem nº 008/2000, de 14 de abril do corrente ano. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 1146, de autoria do senhor deputado Albanor Gomes, constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei, em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria dos senhores deputados Algaci Tulio, Ricardo Chab, Tiago de Amorim Novaes, Ricardo Maia, Chico Noroeste e Fernando Ribas Carli, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 389/99, de autoria do deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade dos municípios da região de Campo Mourão - Unescam. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 389/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade - de dos Municípios da Região de Campo Mourão - Unescam, com sede e foro no município de Campo Mourão, reunida e integrada à Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.06.2000.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 572/99, de autoria do deputado Hidekazu Takayma, que autoriza o Poder Executivo a criar Casas de Apoio para ex-presidiários. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 572/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar Casas de Apoio, visando a promoção e reintegração de ex-presidiários à vida comunitária, implementando projetos de profissionalização e de atendimento social.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.06.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 096/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação Creche do Trabalhador - ASTRO, com sede e foro no município de Pontal do Paraná e foro nesta capital. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu estava atendendo a imprensa, aqui atrás e estava preparando para dar entrada num projeto de lei que é de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico, que trata do programa de proteção as vítimas, testemunhas de infrações penais.

Gostaria que Vossa Excelência, muito embora, tenha passado já este horário de recebimento de projetos, em razão da urgência desse projeto recebesse ainda nesta sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 160/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública Estadual o Centro de Estudos de Antropologia Gnóstica - C.E.G., com sede e foro no município de Colorado. **Aprovado.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 514/99, de autoria do deputado Tiago de Amorim Novaes, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada de

Proteção ao Idoso. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., S.P. E C.D.H..

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário de nº 01, de autoria do senhor deputado Tiago de Amorim Novaes, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO
DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 514/99

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na estrutura organizacional básica do Departamento da Polícia Civil do Paraná, a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Segurança Pública fica autorizada a firmar convênios com órgãos do Poder Público ou entidades privadas, visando o estudo, a pesquisa e o fornecimento dos recursos humanos necessários para a assistência psicossocial das pessoas atendidas pela Unidade Policial Civil.

Art. 3º - Poderão ser criadas, junto às subdivisões Policiais Cíveis, setores de atendimento ao idoso, em estrita colaboração com a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso e nos moldes desta.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.06.2000.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

Apoioamento:

Nelson Garcia, Beraldin, Luiz Carlos Martins,
Moisés Leônidas.

JUSTIFICATIVA:

Objetivando adequar o Projeto de Lei nº 514/99, de forma a tornar viável e facilitar a instalação da delegacia especializada do idoso, entendemos por bem suprimir alguns artigos da proposição original, que não o descaracterizam, valendo salientar que os dispositivos permanentes já foram devidamente analisados pelas comissões de Constituição e Justiça, e de Segurança Pública desta Casa, sendo que em ambas os projeto receberam parecer favorável por unanimidade.

Tratando-se de benefício de relevante interesse para a sociedade paranaense, reiteramos o apoio dos nobres Pares à sua aprovação, haja visto que ao ser convertido em lei, um imenso contingente de idosos do nosso Estado desfrutará de um atendimento diferenciado quando necessitar de atendimento assistencial na área de segurança pública.

O projeto retorna à C.C.J..

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 526/99, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder

Executivo a criar e instalar uma Delegacia da Mulher no município de Realeza. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., S.P. E C.D.H..

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, com apoioamento dos senhores deputados Elio Rusch, Ademar Traiano e Nelson Garcia, nos seguintes termos:

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO,
DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 526/99**

A presente emenda suprime o artigo 2º do Projeto de Lei nº 526/99, renumerando o artigo 2º, conforme redação a seguir:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Sessões, em 14.06.2000.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Apoioamento:

Elio Rusch, Ademar Traiano, Nelson Garcia
JUSTIFICATIVA:

A proposição de emenda faz-se necessária tendo em vista que a natureza autorizatória do projeto de lei é incompatível com a fixação do prazo para regulamentar a medida que autoriza.

O projeto retorna à C.C.J..

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 528/99, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que autoriza o Poder Executivo a estabelecer no quadro de empregados das empresas que recebem incentivos fiscais, jovens a partir de 18 anos e adultos a partir de 35 anos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., S.F. E C.A.I.C..

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO,
DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 528/99**

A presente emenda suprime o artigo 3º do Projeto de Lei nº 528/99, renumerando o artigo 4º como artigo 3º, conforme redação a seguir:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Sessões, em 14.06.2000.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

Apoioamento:

Luiz Carlos Alborghetti, Algaci Tulio, Divanir Braz Palma e 1 ilegível

JUSTIFICATIVA:

A proposição de emenda faz-se necessária tendo em vista que a natureza autorizatória do projeto de lei é

incompatível com a fixação do prazo para regulamentar a medida que autoriza.

O projeto retorna à C.C.J..

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no município de Manoel Ribas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente de Guairacá, com sede e foro no município de Guairacá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.** Emenda: **Aprovada.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 056/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que cria o Pólo Eletromecânico e Moveleiro no extremo Oeste do Paraná, liderado pelo município de Medianeira, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. E C.A.I.C.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 11, de 08.03.99).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 056/99**

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre deputado Irineu Colombo, cria o Pólo Eletromecânico e Moveleiro no extremo oeste do Paraná, liderado pelo município de Medianeira, e dá outras providências.

Procedida a análise legal da matéria, verificamos que a criação de pólos industriais devem levar em conta a vocação natural de uma região, aproveitando seu potencial local e de mão-de-obra.

No que se refere à indústrias do gênero metal/eletromecânico, o número de estabelecimentos da região é o seguinte: 337 indústrias metalúrgicas (na sua grande maioria fábricas de esquadrias - microempresas), 76 indústrias mecânicas, 36 indústrias de material elétrico e 65 indústrias de material de transporte.

Ainda, o CEFET-Medianeira oferece cursos de tecnólogo em eletromecânica (40 vagas - nível superior), como oferta de cursos para a formação de profissionais para a área moveleira, promovidos por outras entidades, como o Senai, por exemplo.

Assim verificamos que o projeto de lei contempla os aspectos acima mencionados. Diante do exposto

somos de Parecer Favorável à tramitação deste projeto de lei.

Sala das Comissões, em 08.06.99.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 056/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Irineu Colombo, tem por finalidade criar o Pólo Eletromecânico e Moveleiro no extremo oeste do Paraná, liderado pelo município de Medianeira, e dá outras providências.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar meritariamente, em análise mais aprofundada vemos que na região de Medianeira existem em funcionamento 337 indústrias metalúrgicas; 76 indústrias mecânicas; 36 indústrias de material elétrico e 65 indústrias de material de transporte. Deve-se ainda levar em consideração a existência do Cefet-Medianeira e Senai, os quais atendem a toda a região, preparando os jovens lá residentes na área eletromecânica e formação profissional na área moveleira.

O que se pretende com a criação do Pólo Eletromecânico e Moveleiro, é justamente aproveitar a mão-de-obra qualificada produzida no município de Medianeira junto às empresas locais, minimizando assim o desemprego que assola o País, sendo pois, nosso Parecer Favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 24.05.2000.
(aa) EDGAR BUENO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 020/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que institui os deveres fundamentais, a ética e decoro parlamentar e a Corregedoria Parlamentar no Poder Legislativo do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. (Publ. no D.A. nº 068, de 01.06.2000)

COMISSÃO EXECUTIVA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 020/2000

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de resolução de autoria de senhor deputado Nelson Justus, tem por objetivo instituir deveres fundamentais dos senhores parlamentares, a Ética e Decoro Parlamentar e a criação da Corregedoria parlamentar no Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Fundamentação

Acontecimento recente demonstra a necessidade e a importância da criação do Conselho de Ética e Decoro parlamentar e da Corregedoria Parlamentar da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao presente projeto de resolução.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.06.2000
(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1147 de autoria dos senhores deputados Basílio Zanusso e Orlando Pessuti, constante da expediente, solicitando a retirada por 03 (três) sessões, do Projeto de Resolução nº 020/2000, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Resolução nº 020/2000, por três (03) sessões.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esse projeto foi apresentado em 1ª Discussão depois de ficar três dias na pauta para que os senhores apresentassem emendas. Não entendemos que algum deputado seria contra a criação de uma comissão de ética nesta Casa. Não vamos entender dessa maneira. O que se imagina é que determinados artigos possam e devam ser emendados.

Desta maneira atendendo o requerimento dos deputados Basílio Zanusso e Orlando Pessuti retira-se por 3 sessões.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Apenas para justificar o nosso requerimento.

Quando da conferência da Unale no Rio Grande do Sul foi proposto um texto como sugestão de código de ética parlamentar. Faz bem Vossa Excelência em dar início a discussão desse assunto. Estamos andando por este Brasil e percebemos que na maioria das Assembléias o assunto vem sendo discutido. E no Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais já está plantado um código de ética da ação parlamentar.

Amanhã teremos uma reunião em Belo Horizonte e um dos assuntos que trataremos é sobre o código de ética. Foi por essa razão que pedimos que se adiasse por três sessões apenas, porque quero levar essa proposta para a união da diretoria da Unale, para que possamos fazer algo uniforme, uma coisa através da qual cada Assembléia possa se conduzir e a entidade nacional. A exemplo do que acontece na OAB, em outras instituições possam se somar as Assembléias, na aplicação e um Código de Ética Parlamentar.

Cumprimento Vossa Excelência pela iniciativa do projeto, por ele ter já figurado na pauta, por ter vindo na Ordem do Dia e cumprimento mais por adiar por três (03) sessões, para dar tempo para que uma discussão nacional ver o enfoque que iremos dar para o Brasil inteiro e que

todos os deputados possam neste final de semana estudar a matéria com mais profundidade e propor mudanças que entendam necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente, agradeço o depoimento de Vossa Excelência até por que esta Presidência não vai se convencer em hipótese alguma que esta Casa não tenha um Código de Ética dentro hoje, da modernidade e da transparência de que nós nos propusemos a administrar a Casa. Nós vamos ter o nosso Código de Ética sim, claro que precisamos da colaboração dos deputados. Não é rejeitando o projeto que nós vamos ter Código de Ética.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

Queria saber o projeto do deputado Tiago Amorim, que autoriza a criação de Proteção ao Idoso, foi retirado para sofrer emendas? Porque eu combinei com o deputado Tiago Amorim, já que eu tenho um outro projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Emenda de Plenário, o projeto retornou a C.C.J.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

Então se há possibilidade nós dois vamos assinar este projeto em dois: deputado Tiago Amorim e deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Porque daí não há necessidade de retornar, porque há três anos estou apresentando esse tipo de projeto.

Muito obrigado.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Apenas para comunicar todos os deputados que a Casa, recebeu a nova LDO, já datada a Lei de Responsabilidade Fiscal, que o prazo para as emendas está sendo aberta e se encerra no próximo dia 20. Será distribuído avulsos a todos os 54 deputados.

O SR. HERMES FONSECA (Pela Ordem)

Gostaria de convidar todos os parlamentares e as suas assessorias, para o Seminário sobre a Revisão da Constituição do Paraná.

Será realizado por esta Casa de Leis, sobre a coordenação dos gabinetes do deputado Irineu Colombo, deputado José Maria Ferreira, deputado Cesar Seleme e do meu gabinete.

No próximo dia 20, no Plenarinho da Assembléia, a partir das 9 horas com abertura e posteriormente a palestra do doutor Romeu Felipe Barcelar Filho, na parte da manhã e na parte da tarde o senhor Cleverson Merlin Kleber, a respeito da Revisão Constitucional. Quando então todos os parlamentares, todos os gabinetes terão oportunidade de promover uma ampla discussão a respeito da nossa Constituição que está a nosso cargo a revisão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Seria oportuno que a própria Mesa fornecesse condições para que Vossa Excelência pudesse expedir por escrito esses convites para todos os deputados e seus assessores, porque é mais importante essa discussão neste momento.

Sobre a mesa, requerimentos nºs 1125 e 1126, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 1129, 1130 e 1131, de autoria do senhor deputado Tiago Amorim Novaes, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1132, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimentos nºs 1133, 1134, 1135, 1136, 1137 e 1147-B, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1139, 1140, 1141 e 1147-C, de autoria do senhor deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1138, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1142, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a trata, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 15, às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/00

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 648/97 e de Lei nº 056/99

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 306, 627/99 e 045/00.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO

SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI, EM
SESSÃO DO DIA 14 DE JUNHO DE 2000.

“O Caniço e o Carvalho”

Jornal Gazeta do Povo.

Horácio, em Roma, e Boileau, na França, com um intervalo de 1700 anos entre eles, escreveram que a brevidade os fazia obscuros. Entretanto, a boa lição está com Cervantes: “Sê breve em seus raciocínios, que a ninguém agrada seres longo.” “Conto o que me contaram”, foi a advertência cuidadosa do historiador Heródoto, como que se eximindo do fardo da responsabilidade. Nas palavras que se seguirão, e pelo que será contado, por certo, não será feita a justiça desejada.

Excelentíssimo senhor doutor José Carlos Gomes de Carvalho.

Não é fácil descrever um mito, pois “o mito, segundo Fernando Pessoa, é o nada que é tudo”.

Não é fácil descrever o carvalho, símbolo soberano da altivez, da retidão e de admirável postura se não é fácil descrevê-los o mito e o carvalho - devem, então, ser enfrentados, pois é nas batalhas que se agigantam.

Blaise Pascal afirmou que o homem não é nada mais que um caniço, o mais frágil da natureza, mas é um caniço pensante. Falou do caniço, do caniço que pensa. Nem sequer mencionou o carvalho. Descartes calcou sua existência no próprio pensamento: “Penso, logo existo”. Nietzsche, dois séculos e meio depois, inverteu o pensamento cartesiano: “Existo, logo penso”. “Viver é raciocinar”, escreveu Joracy Camargo. Mas temos que “viver de tal forma que, quando tivermos de morrer, mesmo o dono da casa funerária fique triste”, na jocosidade de Mark Twain. Se “viver é combater”, como escrevia Sêneca, não nos esqueçamos que o “pensamento é a semente da ação”, nas palavras de Emerson. Sim, é importante pensar, mas segundo Rousseau “O homem não é feito para meditar mas para agir”, pois “quem muito medita cumpre pouco”, salientou Shiller.

Aqueles que somente pensam, permanecem na qualificação de caniços. Os que não pensam, entram para o bestiário universal.

Também não satisfazem apenas as palavras, pois estas, enfatizou Goethe, “houve já de sobra.. vamos à obra”, ou ainda “nada é fama: a ação é tudo”.

Ação é criação, e, como quis Romain Roland “criar é matar a morte”. Para criar é necessário começar, pois “quem começou, tem a metade da obra executada”, como está nas “Epístolas” de Horácio.

Toda ação é uma jornada. Breve como o átimo ou longa como a construção de uma catedral medieval. Pode iniciar-se com um sorriso e terminar quando ele se esvai, mas é um ato positivo que deve ser começado. Pensar que a senhora Du Defand, assim comentou a respeito da caminhada que São Dionísio teria feito carregando a própria cabeça, já decapitada: “Só o primeiro passo é difícil”.

Há pessoas, excepcionais é claro, que sempre praticam as palavras de Chistian Morgenstern: “se não quiseses conquistar o mundo de novo todo dia, perdê-lo-ás cada vez mais”. Não se pode ser tíbio, pois o tíbio Dante sequer cogitava. Olhava e passava. Não se pode fugir da luta, pois o próprio Horácio, declarou-se envergonhado por ter abandonado seu escudo após fuga precipitada na Batalha de Filipos.

Não é fácil a jornada daquele que pensa, age e vai semeando com suas obras a estrada de sua existência.

É preciso que seja contestado, pois assim estará sendo constatado, como lembrou Vitor Hugo.

É preciso que não se preocupe “com o que diz a maioria, mas apenas com a opinião dos que têm conhecimento do justo e do injusto, e com a própria verdade”, como prelecionou Platão, pois, segundo Pope, “os tolos admiram, mas as pessoas sensatas aprovam”.

É preciso ter “audácia, audácia ainda, audácia sempre”, como na resposta que Danton deu a si mesmo, depois de perguntar o que era necessário para vencer os inimigos da República. Mas diriam os covardes. Danton acabou na guilhotina por causa de sua audácia. Sim. É verdade. Mas ao subir ao cadafalso Danton teve autoridade para dizer ao seu carrasco: “com cuidado, carrasco: estás derrubando um gigante”.

Alguém se lembra do nome daquele carrasco? Ou dos que entregaram a Sócrates o cálice da cicuta?

É precisa não ser modesto, pois ainda segundo Goethe “só os biltres são modestos. Gente brava alegra-se da ação” Mais nobre do que alegrar-se, é orgulhar-se da ação.

É preciso ser amigo, amigo como o “fiel Acates” que Virgílio canta em sua Eneida, aquele “amigo certo que se reconhece numa situação incerta”, no desejo de Cícero, em sua obra “da amizade”, mas tendo sempre em mente as palavras de Tennyson, nos “Idílios de Rei”: “não faz um amigo quem nunca fez um inimigo”.

É preciso não temer as críticas, pois “soberba, e refinada, é abster-se de obrar para não se expor a elas”, na advertência de Unamuno.

É preciso esperar que um dia possa ser destruído, pois como ensinou Hemingway, “um homem pode ser destruído, mas não derrotado”.

Aquele que pensa, age, tem caráter exemplar e coragem magnânima, não usa da falsa modéstia e nem titubeia, não busca ser admirado mas aprovado, não aceita a mediocridade mas é audaz, segue os ensinamentos mas também sabe criar, pode até ser destruído, mas não derrotado, aquele que assim é reconhecido por seus pares não é um caniço. Em verdade, é um carvalho.

Quantas palavras de tão importantes personagens da história universal foram aqui utilizadas? Houve plágio? Com certeza que sim, mas há um consolo, ainda plagiando Giraudoux: “O plágio está na base de todas as literaturas, salvo a primeira, que, aliás, é desconhecida”. Também, vale lembrar Stahl, para quem “não se deve

falar mal dos lugares comuns. São preciosos séculos para produzir um”.

A brevidade talvez tenha sido observada. A justiça com nosso homenageado, entretanto e definitivamente, não com a utilização dos nobres ensinamentos dos célebres autores aqui citados. Culpa de quem? Culpa do mau alfaiate que não soube bem coser esta colcha de preciosos retalhos. Mas, com certeza, todos aqui estão ávidos para suprir a enorme lacuna. E podem fazê-lo.

Assim é que Júlio Maito Filho, representando Rubens Brustolin, que participa neste momento de reunião na Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, Ágide Meneguette, Alcy Antônio Marochi, representando Ardisson Naim Akel, Valmor Weiss, Jonel Chede, João Paulo Koslovski e Suzana Slaviero, presidentes das entidades, que tiveram a honra de formular o convite para esta grande encontro, bem como os dirigentes, líderes, amigos e autoridades aqui presentes podem, por certo, suprir o vácuo insosso das palavras proferidas, sem que apenas mais uma seja dita, isto porque, em pé e em memorável salva de palmas, saúdam Sua Excelência José Carlos Gomes Carvalho, o nosso querido homenageado.

1 - Discurso proferido em homenagem a José Carlos Gomes Carvalho, em nome da Federação da Agricultura, Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas, Federação do Comércio, Federação das Empresas de Transporte de Carga, Associação Comercial do Paraná, Organização das Cooperativas do Paraná, Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba e Associação das Mulheres de Negócios.

2 - João Casillo é advogado, presidente da AECIC - Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba e da Academia Paranaense de Letras Jurídicas.

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 68/2000

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, MARIA ELIZABETH H. CAMATI, de trinta (30) dias a partir de 19 de maio de 2000. (C.I.D. J.84).

(Prot. nº 4254/2000)

PORTARIA Nº 69/2000

mandar, incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARIA ELIZABETH GUTHER CAMATI, matrícula nº 40689, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de médico nível E-07, lotada na Coordenadoria de Serviço Médico, o tempo de seis (06)

meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado de suas funções durante o período de 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 3030/2000)

PORTARIA Nº 70/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ANA RODRIGUES DE CAMARGO, matrícula nº 40337, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, lotada na Coordenadoria de Serviços Especiais, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período de 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 2345/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 31.05.2000.

PORTARIA Nº 71/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de EDSON CARLOS BERNADELLI, matrícula nº 41054, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, lotado no Gabinete do deputado Orlando Pessuti, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período de 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 2308/2000)

PORTARIA Nº 72/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JOSÉLIA DA SILVA matrícula nº 40360, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente administrativo nível 61, lotada na Coordenadoria de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período de 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 2344/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 01.06.2000.

PORTARIA Nº 73/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de SANDRA DE SOUZA ALMEIDA matrícula nº 40646, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, lotada no Setor de Patrimônio, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período de 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 3603/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 06.06.2000.

PORTARIA Nº 74/2000

mandar contar, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, em favor de CHRIZANTO CHRISÓSTOMO DA SILVA, matrícula nº 40898, funcionário deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de médico, nível E-07, o tempo de cinco (05) anos, cinco (05) meses e vinte e sete (27) dias, período compreendido entre 21 de setembro de 1956 a 28 de fevereiro de 1962, em que prestou serviços no Departamento de Fiscalização e Rendas, da Secretaria de Estado da Fazenda, de acordo com o § 2º, do artigo 35, da Constituição Estadual.

(Prot. nº 3186/2000)

PORTARIA Nº 75/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARA LUIZA ZECH, matrícula nº 40460, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, lotada no Setor de Patrimônio, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período de 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 3602/2000)

PORTARIA Nº 76/2000

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, MARCIA BORIO WOJTUNIK, de quarenta e cinco (45) dias a partir de 26 de maio de 2000. (C.I.D. M65.4).

(Prot. nº 4374/2000)

PORTARIA Nº 77/2000

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, SOLANGE MANN ULLRICH, de cento e vinte (120) dias, a partir de 16 de março de 2000. (C.I.D. 0.82.9.)

(Prot. nº 4434/2000)

PORTARIA Nº 78/2000

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, VALDETE RIBEIRO MENDES, de cento e vinte (120) dias a partir de 03 de dezembro de 1999. (C.I.D. 0.82.9.).

(Prot. nº 4633/2000)

PORTARIA Nº 80/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ZAIDA BARBOSA GONÇALVES, matrícula nº 40563, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente administrativo, nível 61, lotada no Setor de Patrimônio, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período de 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 2789/2000)

PORTARIA Nº 81/2000

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de MARIA SIQUEIRA DE OLIVEIRA, matrícula nº 40372, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, lotada na Apasde, nos termos do artigo 129, inciso I, da Lei de nº 6.174/70, o tempo de seis (06) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 1492/2000)

PORTARIA Nº 82/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de DIVA SCARAMELLA OGIBOWSKI, matrícula nº 40491, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente universitário, lotada no Setor de Estágio, o tempo de seis (06) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções

durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 2006/2000)

PORTARIA Nº 83/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de CLAUDIA RUSSI FARAH, matrícula nº 40603, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de advogado nível E-07, lotada no Gabinete da Procuradoria, o tempo de seis (06) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 1641/2000)

PORTARIA Nº 84/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de DELMINDA APARECIDA HENRIQUE WATANABE, matrícula nº 40092, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de advogada E-07, lotada no gabinete da Procuradoria, o tempo de seis (06) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 2053/2000)

PORTARIA Nº 85/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de THEMIS PETTERLE, matrícula nº 40414, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de advogada nível E-07, lotada no gabinete da Procuradoria, o tempo de seis (06) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 2227/2000)

PORTARIA Nº 86/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de SÉRES SALETE PESOA, matrícula nº 40100, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de advogada nível E-07, lotada no gabinete da Procuradoria, o tempo de seis (06) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 1862/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 14.06.2000.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Pedidos de Adesão:

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDOS DE ADESÃO

Ronaldo Catarino, matrícula 40022 endereço Rua Padre Julio Saavedera, 396, bairro Uberaba, cidade de Curitiba, CEP: 81.570-180 - PR, remuneração mensal estimada R\$403,53, CPF: 111.760.919-72 telefone: 376-0938, data de nascimento: 28.11.32.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N-059.

(Prot. nº 5151)

Curitiba, em 14.06.2000.

(a) Ronaldo Catarino

Eli Heidgger Ferreira, matrícula 40861 endereço Rua João Derosso, 110, bairro Jardim Eucalipto, cidade de Colombo, remuneração mensal estimada R\$440,44, CPF: 356.638.989-72, data de nascimento: 18.04.58.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N-061.

(Prot. nº 5152)

Curitiba, em 14.06.2000.

(a) Eli Heidgger Ferreira

Elenice Cardozo Bagatin, matrícula 40104 endereço Rua Coronel Dulcídio, 1079, bairro Batel, cidade de Curitiba, CEP: 80250-100 - PR, remuneração mensal estimada R\$440,44, CPF: 530.303.469-00, telefone: 244-4329, data de nascimento: 13.05.43.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N-061.

(Prot. nº 5153)

~~Curitiba, em 14.06.2000.~~

(a) Elenice Cardozo Bagatin

Marcelo de Almeida Hruschka, matrícula 40985 endereço Rua José Rodrigues Pinheiro, bairro Capão Raso, cidade de Curitiba - PR, remuneração mensal estimada R\$420,42, CPF: 836.844.849-20, telefone: 248-5683, data de nascimento: 07.07.71.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: agente administrativo.

(Prot. nº 5209)

Curitiba, em 14.06.2000.

(a) Marcelo de Almeida Hruschka

14ª LEGISLATURA ATA DA 011ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2000

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Divanir Braz Palma e Cleiton Kielse.

Às quinze horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago

Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 295/99, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM da Escola Estadual Vereador Luiz Maltaca - Ensino de 1º Grau, com sede e foro na cidade de Itaperuçu. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de lei nº 641/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade da delegacia Anti-Tóxico no município de Maringá. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 641/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar uma unidade da delegacia de Anti-Tóxico no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.06.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 647/99, de autoria do deputado Cleiton Kielse, fica denominado de José Benício de Souza a PR-561, que liga o município de Paranavaí, neste Estado. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 647/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a denominar José Benício de Souza a PR-561, que liga o município de Nova Aliança do Ivaí ao município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.06.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 164/2000, de autoria do deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR de Cafelândia, denominado de PROVOCAP, com sede na cidade de Cafelândia e foro no município de Corbélia, Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 164/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado de Cafelândia - PROVOCAP, com sede no município de Cafelândia e foro no município de Corbélia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.06.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 518/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Paranaguá. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., S.P. E C.D.H.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 621/99, de autoria do deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Marechal Cândido Rondon. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., S.P. E C.D.H.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de comunicar aos senhores deputados membros da CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado, que haverá reunião às 16:00 de hoje, no Plenarinho, onde estaremos ouvindo os pais de crianças desaparecidas.

Quero registrar a presença entre nós do Promotor Público, doutor Vani Bueno que tem sido o nosso grande parceiro e colaborador, atuando junto à CPI do Narcotráfico aqui na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.